

August Thalheimer

SOBRE O FASCISMO

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE 

CVM

Centro de Estudos Victor Meyer

August Thalheimer

SOBRE O FASCISMO

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER
Salvador – BA
2010

Coleção Marxismo Militante

Volume 1

Uma publicação do **Centro de Estudos Victor Meyer**

Organizadores: Orlando Miranda e Sergio Antão Paiva

Editoração eletrônica:
Empresa Gráfica da Bahia

Edição integrante do Projeto "50 anos da POLOP (1961-2011)"

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

T365	Thalheimer, August Sobre o fascismo / August Thalheimer. – Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009. 106p _ (Coleção Marxismo Militante: v. 1) ISBN 978.85-63320-01-8 Apresentação por Érico Sachs. 1. Ciência Política 2. Fascismo I. Título.	CDD 320
------	---	---------

CVM - Centro de Estudos Victor Meyer
CNPJ 10.806.922/001-44
cvmbahia@gmail.com
Salvador – BA

1ª edição – janeiro de 2010

1.000 exemplares

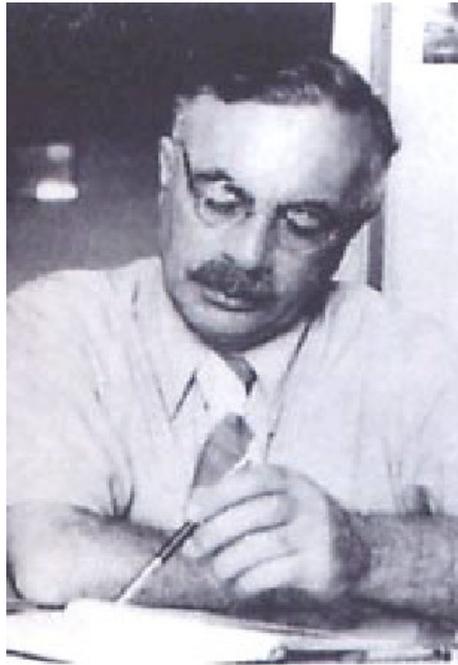
In memoriam:

A Érico Sachs, pela contribuição deixada à causa da emancipação dos trabalhadores e pelo papel desempenhado de principal divulgador da obra de A. Thalheimer no Brasil.

A Alice Helga Werner, saudosa militante da causa socialista, por ter sempre reconhecido a importância de preservar e difundir o acervo de A. Thalheimer existente no Brasil.

August Thalheimer

(18/03/1884 - 19/09/1948)



Nós socialistas não somos cultores de personalidades - a objetividade situa-se para nós acima da pessoa. Nós as separamos, mas não a ponto que não as saibamos também unir. Somos dialéticos, o que significa que a obra geral da pessoa é obra pessoal do geral. Quando o mau entendimento burguês nos repreende, segundo seu humor, ora por culto à personalidade, ora por desprezo à personalidade, isso significa que ele nada compreende da relação entre pessoa e objetividade, entre o específico e o geral.

(“Die Neue Welt”, 1909, pg. 292)

SUMÁRIO

Notas sobre o Autor - Victor Meyer	11
Apresentação –Érico Sachs	17
<i>Textos de August Thalheimer:</i>	
1. Entre Jena e Leipzig	25
2. O Fascismo, a Pequena-burguesia e a Classe Operária	39
3. Sobre o Fascismo	43
4. Marx, Engels, Lênin e a Frente Popular	73
5. Doze Meses da Frente Popular	93
6. Advertência aos Revolucionários	99
Apêndice: Caracterização do material de autoria de	
A. Thalheimer existente no acervo da Polop	103

Notas sobre o Autor ¹

Victor Meyer

Ao que consta há somente dois livros de August Thalheimer publicados no Brasil, ambos versando sobre temas filosóficos: "Marxismo e Existencialismo"² e "Introdução ao Materialismo Dialético"³, este último uma série de seis conferências feitas inicialmente para estudantes chineses da Universidade de Berlim⁴. Alguns outros textos foram divulgados de forma limitada e artesanal. Entre esses se incluem algumas análises sobre o fascismo, sobre os governos operários de transição e sobre a Frente Única – todos em edições mimeografadas e limitadas a círculos da esquerda brasileira.

Tal circunstância explica o virtual desconhecimento do nome de August Thalheimer nos meios acadêmicos brasileiros, não obstante a importância da sua obra para a historiografia do fascismo. Aliás, o interesse na obra de Thalheimer não se prende apenas ao fato de conter subsídios fundamentais para a história do fascismo alemão. Há um interesse teórico mais amplo, considerando que o autor desenvolve uma vertente do pensamento marxista mantida na obscuridade por circunstâncias políticas: em parte porque sofreu diretamente os golpes do fascismo, mas também porque foi estigmatizado pelos diversos dogmatismos que tão fortemente tem assediado o marxismo do nosso tempo. Thalheimer se situa na tradição de Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e outros expoentes do socialismo alemão, cujo papel histórico cresceu desde o início do século, particularmente durante a primeira guerra mundial e ao longo das lutas sociais que antecederam a consolidação do nazismo.

Discípulo de Rosa Luxemburgo⁵, com formação acadêmica na área de filosofia, Thalheimer já era nome destacado no socialismo alemão quando se formou a "Liga de Spartakus", ainda no decorrer da primeira guerra. Em janeiro de 1919, participou da fundação do Partido Comunista Alemão (KPD, de acordo com a sigla em alemão), juntamente com Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Leo Jogiches, Ernst Meyer, Frolich e outros ⁶.

Inicialmente, o novo partido não passava de um pequeno grupo doutrinário, uma organização semelhante aos grupos propagandistas que marcaram a infância do socialismo europeu. Contudo, dadas às circunstâncias nas quais se formou, ou seja, em plena onda revolucionária, em meio às lutas insurrecionais imediatamente posteriores à queda da Monarquia dos Hohenzolern, o Partido Comunista Alemão rapidamente se transformou num partido de massas. Ainda não se havia completados os cinco primeiros anos da República de Weimar e o KPD já contava com 226.000 membros, passando a desempenhar papel ponderável na evolução política alemã nos anos que antecederam ao nazismo. Em 1921, Thalheimer passa à direção nacional do Partido, juntamente com Brandler, Ernst Meyer e Frolich ⁷.

¹ Escrito por Victor Meyer em inícios da década de 90 como parte de um projeto inacabado de estudo da obra de August Thalheimer (Nota dos editores).

² Gráfica Editora LAEMMERT, Rio de Janeiro, 1970. Publicado pela primeira vez em português pelo "Estado de São Paulo", em 1947.

³ Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

⁴ Conforme consta na apresentação do livro "Marxismo e Existencialismo", publicado pela LAEMMERT em 1970. Na verdade, as conferências foram feitas para comunistas chineses e de outras nacionalidades na Universidade Sun-Yat-Sen de Moscou, durante a permanência forçada de Thalheimer na União Soviética, a partir de 1923 (Nota dos editores).

⁵ Cf. Peter Netl in "Rosa Luxemburgo".

⁶ Cf. E.H. Carr – História da Rússia Soviética – 3º vol: "A Rússia Soviética e o mundo". Ver também A. Ramos Oliveira: "História Social e Política da Alemanha".

⁷ E. H. Carr, ob. cit.

Em 1923, quando a França ocupa o Ruhr, nos desdobramentos do Tratado de Versalhes, a economia alemã estava arruinada, com uma inflação sem precedentes e desemprego em massa. Muitos socialistas sustentaram a crença de que a Alemanha estaria às vésperas da revolução proletária. A direção da Internacional, e mesmo expoentes da oposição, como Trotsky, alimentaram a expectativa da proximidade do "outubro alemão", que deveria repetir o outubro russo de 1917.

August Thalheimer analisou a situação sobre outro prisma e sustentou que, apesar da crise econômica aguda, a situação alemã não poderia ser comparada àquela que originou a revolução russa. Para uma história do socialismo, 1923 tem a importância de um marco, talvez o mais importante marco entre 1917 e a guerra, pois selou o isolamento da revolução russa. O texto produzido por Thalheimer, intitulado "A Lenda do Outubro Alemão", permanece como análise clássica sobre os acontecimentos de 1923, contendo uma ótica dissidente. Infelizmente, nunca foi publicado no Brasil, embora se encontrem outras referências aos eventos de 1923: Isaac Deutscher, por exemplo, expõe a análise de Trotsky, e inúmeros textos históricos produzidos na União Soviética expõem a visão da 3ª Internacional. A única análise que parte de uma ótica semelhante à de Thalheimer (publicada no Brasil) é a de Victor Serge, que ironiza o marxismo oficial, "em suas buscas estéreis por paralelos históricos" ¹.

Durante a segunda metade da década de vinte, Thalheimer sustenta intensa polêmica com a direção comunista oficial (sediada em Moscou) sobre o caráter do fascismo e sobre a tática a ser seguida pelas organizações operárias. A controvérsia sobre o caráter da "Frente Única" levaria o grupo alemão (Thalheimer, Brandler e outros) a romper oficialmente com a 3ª Internacional, precisamente no momento em que a política oficial russa recomendava o confronto entre as organizações operárias comunistas e as social-democratas, circunstância decisiva para a precipitação da derrota do movimento operário frente ao nazismo. Rompendo com a política ultra-esquerdista da 3ª Internacional, o grupo alemão funda em 1928 a Oposição Comunista (KPO, de acordo com a sigla em alemão), passando a publicar o órgão "Gegen der Strom" (Contra a Corrente). Nesse órgão seria publicada a clássica análise sobre o fascismo, de autoria de Thalheimer. Há uma tradução para o português, embora parcial, publicada na Alemanha por um grupo de exilados brasileiros, em 1976 ².

O único teórico marxista que analisou o fascismo partindo de premissas semelhantes a Thalheimer foi Gramsci. Mas as conclusões tiradas por Gramsci estão em parte obscurecidas pelo estilo cifrado de quem escrevia na prisão, sob vigilância da repressão fascista. Thalheimer, assim como Gramsci, busca *fundamento* teórico no clássico "Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte", de Karl Marx, para analisar o governo de exceção como um momento especial das relações de classes, no qual uma burguesia ferida mortalmente em sua luta contra o proletariado encontra-se extenuada e sem instrumentos eficazes para levar a luta adiante. Recorre ao poder de tutores, de "heróis" aparentemente situados acima das classes, abdica do próprio poder político para salvar o poder social, para sustentar a ordem social. A burguesia está exausta, mas o proletariado também jaz sem forças, enquanto uma classe intermediária, a pequena-burguesia, fornece os contingentes e o discurso (de um anticapitalismo paradoxal e confuso) com os quais se formarão os bandos fascistas. O Poder Executivo paira autonomizado, mas o poder tornado autônomo outra coisa não faz senão gerir a sociedade burguesa com poderes tutelares.

Somente Gramsci partiu de enfoque semelhante: para Gramsci, o fascismo surge quando há um equilíbrio catastrófico nas lutas de classes: as classes A e B estão lutando, mas nem A nem B consegue vencer, desfalecem reciprocamente, enquanto

¹ Serge, Vitor, "Memórias de um Revolucionário", Companhia das Letras, São Paulo, 1987. (pgs. 194 a 201).

² Refere-se ao artigo "Sobre o fascismo" reproduzido na presente publicação (Nota dos Editores).

emerge uma terceira força, aparentemente "arbitral", e geralmente apoiada numa das forças intermediárias da sociedade.¹

A contribuição de Thalheimer se estende para além da segunda guerra mundial. No imediato pós-guerra, analisou o quadro mundial decorrente da consolidação de um bloco socialista simultaneamente à reorganização do sistema imperialista. É de sua autoria o conceito de "cooperação antagônica", em cujos marcos se desenvolveriam os conflitos intercapitalistas no novo quadro histórico decorrente da guerra. Tratava-se de uma atualização da teoria marxista sobre o imperialismo que até então pressupunha uma repetição intensificada de conflitos bélicos no interior do sistema. Num mundo marcado pela consolidação do bloco socialista, as relações internacionais teriam que se processar segundo uma nova lógica. Efetivamente, estamos hoje a quase quarenta e cinco anos desde o final da guerra, e os conflitos intercapitalistas não voltaram a gerar novas guerras mundiais (não obstante a permanência e o acirramento das contradições entre os grandes monopólios capitalistas).

Vários autores brasileiros referem-se a Thalheimer e à "cooperação antagônica" como categoria analítica das relações internacionais no pós-guerra. Contudo, seus textos sobre o assunto não foram publicados no Brasil.²

Thalheimer morreu em 1948 exilado em Cuba.

¹ Gramsci, "Maquiavel a Política e o Estado".

² Vejam-se citações de Thalheimer em Rui Mauro Marini, Erico Sachs, Antônio Cândido, Eder Sader e outros.

APRESENTAÇÃO¹

Érico Sachs

Como subsídio para uma discussão do problema do fascismo, trazemos à luz três artigos de August Thalheimer, o teórico marxista que mais aprofundou a questão, artigos esses inéditos na língua portuguesa.

Os dois primeiros trabalhos são de 1923: **“Entre Jena e Leipzig”** foi publicado na *“Internationale”*, órgão teórico do KPD (Partido Comunista Alemão). **“O Fascismo, A Pequena-burguesia e a Classe Operária”**, foi publicado no *“Rote Fahne”*, o órgão diário do Partido. Já o terceiro artigo, o célebre trabalho de August Thalheimer, **“Sobre o Fascismo”**, embora redigido em 1928, só veio a ser publicado em 1930.

Os dois primeiros artigos cuidam das origens e do caráter do movimento e dizem respeito, fundamentalmente, às relações do fascismo com a pequena-burguesia. 1923 foi o ano em que o nazismo fez a sua primeira tentativa de disputar o poder. Não conseguiu em virtude da recusa da classe dominante alemã de abrir mão dos seus instrumentos de governo direto - e a burguesia pôde tomar essa atitude porque tinha ainda à sua frente anos de prosperidade econômica, o primeiro *“Milagre Econômico”*. O problema fascista na Alemanha se tornou agudo de novo de 1929 em diante.

Ao contrário do *“Sobre o Fascismo”*, tais artigos não foram redigidos como análises teóricas, propriamente ditas. São trabalhos escritos durante a luta e em função desta. A teoria entra na medida em que fundamenta a militância imediata. Foram redigidos como pontos de vista da direção do Partido - da qual seu autor fazia parte - para orientar a atuação das bases e como tal tem que ser vistos. Por esse motivo, também, tomamos a liberdade de encurtar o artigo *“Entre Jena e Leipzig”*, deixando de fora algumas passagens que tratam de maneira particularmente detalhada a situação alemã de 1923.

“Sobre o Fascismo”, foi originalmente uma contribuição de Thalheimer à Comissão de Programa da Internacional Comunista, da qual o autor, como menciona, fez parte. Foi publicado pela primeira vez em 1930, em *“Gegen der Strom”* (*Contra a Corrente*), órgão teórico da recém fundada Oposição Comunista Alemã (KPO), sigla sob a qual a Oposição se tornou conhecida. A KPO foi fundada em 1928/29, depois do VI Congresso da Internacional Comunista ter adotado um programa ultra-esquerdista, que inaugurou a luta contra o *“social-fascismo”*.

O trabalho não trata tanto das origens e do caráter de classe do fascismo e sim das suas relações com a grande burguesia. Trata exatamente da função do fascismo como forma de governo, como variante específica da ditadura indireta da burguesia. Ele se concentra nesse aspecto da questão porque, naquela época, os comunistas concordavam em princípio sobre o problema das origens e do caráter de classe do fascismo. Hoje, essa concordância não parece tão tranqüila, já que a experiência prática com o movimento fascista de massa não é da nossa geração.

A publicação do artigo desencadeou um debate prolongado sobre o caráter do fascismo, e contribuiu para a elaboração de uma teoria, comprovada nas duras lutas que se seguiram e que até hoje não perdeu sua atualidade. Naquela época a KPO foi a

¹ Este texto é uma adaptação de notas escritas de Érico Sachs para apresentação dos artigos de Thalheimer sobre o fascismo, quando da sua publicação na Revista *Marxismo Militante Exterior* Nº 1 e Nº 2, datadas respectivamente de outubro de 1975 e abril de 1976. Além dos artigos aqui referidos, incluímos nesta publicação três outros artigos de Thalheimer, estes sobre a problemática da Frente Popular, os quais tratam das lutas operárias européias, notadamente no cenário dos fascismos. São eles: *“Marx, Engels, Lênin e a Frente Popular”*, *“Doze Meses da Frente Popular”* e *“Advertência aos Revolucionários”*, que circularam originalmente em 1936 / 1937 (Nota dos Editores).

única organização na Alemanha (e provavelmente no mundo) que tinha noção real do fascismo e uma estratégia para enfrentá-lo - numa época em que o Partido Comunista oficial ainda via na Social-democracia o inimigo principal e Trotsky ainda achava "menosprezível" o perigo nazista na Alemanha. O único teórico marxista, que na análise do fascismo partiu de premissas semelhantes a Thalheimer, foi Gramsci. As suas conclusões, porém, conhecidas somente depois da guerra mundial, não são tão claras e nem poderiam ser, pois escreveu na prisão, sob os olhos dos seus censores fascistas.

Até que ponto nos interessa hoje esses debates travados há mais de quarenta anos? Interessa-nos muito. Não só porque os maoístas, por exemplo, na sua luta contra o neorevisionismo dos PCs oficiais, procuram reviver justamente o vocabulário ultra-esquerdista referente ao social-fascismo e, dessa maneira, cuidam da atualidade do problema. Na América Latina, o debate sobre o fascismo revive, de uma ou outra maneira, com todo novo golpe, com toda nova ofensiva de repressão da burguesia - e estas, nos últimos anos, não foram poucas.

Acontece, entretanto, que nós, no subcontinente, ainda não conhecemos o fenômeno fascista. Pelo menos não o conhecemos no poder. Os movimentos fascistas, na medida em que existiram ou existem entre nós, nunca passaram de instrumentos auxiliares da reação. Nem mesmo a ditadura militar chilena repartiu o poder com "Patria y Libertad" e não há dúvida que foi justamente no Chile onde as contradições da luta de classe chegaram a ser as mais agudas. Em regra geral, na América Latina, a tarefa da repressão foi confiada às Forças Armadas.

Mas - pode-se perguntar - mesmo que as ditaduras militares não sejam fascistas, qual é a diferença para nós? Essa pergunta, de fato se ouve com freqüência, pois não é indiferente ser preso, torturado ou morto por uma repressão militar ou uma reconhecidamente de caráter fascista? Sim e não, se consideramos a questão do ângulo da luta que temos a travar contra essas forças.

O que a ditadura militar (do tipo que conhecemos no Brasil desde 1964) tem em comum com o fascismo (e com o bonapartismo) é o fato de se tratar nos três casos de ditaduras indiretas da burguesia. Essa terminologia só será compreensível para alguém que aceite a teoria de Estado de Marx e Lênin. Para estes, as repúblicas burguesas, parlamentares-democráticas, nunca passaram de ditaduras veladas da burguesia. Executivo, Legislativo e Judiciário, os Três Poderes, são justamente os três instrumentos mediante os quais a classe dominante impõe seus interesses na política diária. A burocracia estatal e as Forças Armadas são a grande reserva, que entra em funcionamento quando o jogo dos poderes não mais funciona como deveria. Mas, também na república democrática, o governo da burguesia é exercido, em última instância, sob a liderança da sua fração mais forte, o capital financeiro ou monopolista. Outra forma de democracia - o predomínio do forte sobre o fraco - o capitalismo não conhece. Portanto, achamos completamente insuficiente a definição que, por exemplo, nos dão os companheiros da redação do "Brasil Socialista" em sua carta (BS Nº 3, p. 90)¹. Querendo estabelecer o caráter do Estado brasileiro, de um lado e, de outro, do norte-americano, peruano, etc, dizem: *A ditadura militar brasileira é a expressão da hegemonia do capital monopolístico no interior da classe capitalista.*

Achamos insuficiente essa definição, porque os monopólios têm hegemonia no seio da burguesia, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. A diferença real consiste no

¹ "Brasil Socialista" foi uma revista editada no exterior nos anos de 1975/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML, Polop e outras, que se encontravam na França. O projeto inicial visava a formação de uma "Tendência Proletária" a partir da aproximação dessas organizações, mas a publicação desenvolveu-se no sentido da defesa das propostas de "luta democrática", contrariamente ao posicionamento da Polop. A revista entrava clandestinamente no Brasil, passando a influenciar o movimento de luta pelas liberdades democráticas (Nota dos Editores).

fato de os monopólios norte-americanos poderem assegurar a sua hegemonia dentro do quadro de uma democracia burguesa, no fato da ditadura da burguesia norte-americana poder se esconder atrás de estruturas democrático-burguesas. E somente quando estas estruturas não funcionarem mais, quando não permitirem mais a ditadura da burguesia (sob a hegemonia do capital monopolista) a classe dominante procurará outros meios para perpetuar o seu domínio.

Os "outros meios", já o dissemos, são formas de ditadura aberta da burguesia, já que esta renuncia ou é forçada a renunciar ao véu democrático-burguês. Mas com isso, a burguesia paga um preço, pois o "véu" democrático - parlamento, partidos políticos, "liberdade de imprensa", etc - eram instrumentos do seu domínio direto. É forçada a abandoná-los, quando entrega o governo e o aparelho de Estado ao Exército ou a um movimento de massa, fascista ou bonapartista. A ditadura, agora aberta e despida, torna-se indireta para a classe dominante. O Estado aparentemente está acima das classes. O Executivo, o único poder que realmente restou, se *autonomiza* — nas palavras de Marx — conclusão a que chegou na sua análise do bonapartismo de Napoleão III.

O mérito de Thalheimer foi justamente reviver este método de Marx, e desenvolvê-lo de modo criador na época do fascismo e do aguçamento das lutas de classe em escala mundial.

Thalheimer mostra que a análise de Marx do regime bonapartista fornece a chave de um fenômeno que iria se repetir com muito mais freqüência na fase da decadência do capitalismo, o da incapacidade da burguesia de exercer diretamente o poder político. Na América Latina, então, as fases de governo direto burguês, de democracia burguesa foram curtas. No momento representam exceções. No Brasil, a organização **Política Operária**, praticamente desde a sua fundação, enfrentou o problema vivo da decomposição da precária democracia burguesa existente. Retomando a análise de Thalheimer e procurando aplicá-la às condições específicas do país, foi também a única organização de esquerda que não foi surpreendida pelo golpe.

Resta a pergunta: porque na América Latina não houve e não há ditadura fascista propriamente dita? Conhecemos formas de ditadura bonapartista, como Getúlio no Brasil e Perón na Argentina, para mencionar as mais conhecidas. Mas não existiu nenhum movimento de massa capaz de competir com as Forças Armadas tradicionais. Mesmo o integralismo no Brasil, só era tido como perigo real enquanto existia a perspectiva de uma aliança com o getulismo.

Acontece que a burguesia não escolhe de livre vontade os seus instrumentos de poder (se pudesse, não abandonaria o domínio direto). As formas de poder burguês são produtos das relações de força existentes entre as classes. O problema chave do surgimento de um movimento fascista de massas reside na situação da pequena-burguesia. Qualquer movimento burguês de repressão do proletariado tem de basear-se nessa classe média, pois a própria burguesia não tem, nem de longe, o necessário peso quantitativo para poder dispensar essa aliança. Vimos isso no Brasil, da mesma maneira como no Chile. Mas para o surgimento de um movimento fascista não basta que a classe média seja reacionária. Por paradoxo que possa parecer, a pequena-burguesia com predisposições fascistas é antimonopolista, perdeu as esperanças de poder galgar os obstáculos da hierarquia da propriedade e se sente esmagada pela concentração do capital. Em fases de decepção com o movimento de esquerda, em fases de recesso, acompanhadas de crise econômica, produz um "socialismo" e um "coletivismo" compatíveis com os preconceitos da sua classe, que nunca ultrapassam as fronteiras nacionais e que distinguem entre propriedade "boa" e "má". É semelhante pequena-burguesia que fornece os ideólogos e a massa para movimentos fascistas e suas milícias armadas. E é justamente o dinamismo dessa ideologia "anticapitalista" primária, que permite ao fascismo atrair e mobilizar camadas mais atrasadas do proletariado, coisa que as ditaduras militares não conseguem.

O fascismo coloca, portanto, problemas de luta de classe que nós não conhecemos ainda. Se nós não somos forçados a enfrentá-los, é porque em nenhum país da

América Latina o desenvolvimento do capitalismo atingiu um grau de saturação, para produzir semelhante pequena-burguesia. Mas isso não quer dizer que estejamos imunes contra tal perigo.

O artigo "Sobre o Fascismo" de Thalheimer não esgota nem pretende esgotar o problema do fascismo. Trata principalmente do relacionamento burguesia / fascismo, isto é, do fascismo como forma de governo burguês. Concentra-se justamente nessa questão, porque sobre as origens e o caráter de classe desse movimento não havia mais muitas dúvidas. Outro problema, que se impunha evidentemente era o da estratégia e tática a seguir na luta contra essa nova forma da ofensiva do capital. Prosseguiremos com a publicação de matérias sobre esses assuntos.

Finalmente queremos lembrar que "Sobre o Fascismo" foi redigido em 1928 e que também as menções à América Latina se referem às condições existentes entre nós naquela época. Cabe a nós aplicar criticamente o método de análise à realidade de hoje. Ninguém de fora pode cumprir essa tarefa no nosso lugar.

ENTRE JENA E LEIPZIG¹

A Propósito do Congresso do Partido²

A. Thalheimer

A sociedade francesa recuperou durante os anos de 1848 a 1851, ainda que de maneira abreviada e não revolucionária, os ensinamentos e experiências que, em um desenvolvimento normal, por assim dizer metódico, deveriam ter precedido à revolução de fevereiro para que ela não se reduzisse apenas a um tremor de superfície. A sociedade agora parece ter retrocedido aquém do seu ponto de partida, mas, na verdade, ela precisa ainda criar o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as circunstâncias e as condições, sob as quais unicamente a revolução moderna se torna real.

(Karl Marx — “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”)

Quis o acaso que os acontecimentos atuais facilitassem extraordinariamente o balanço histórico e prático que o próximo Congresso do Partido deverá fazer. Os fatos e fenômenos mais importantes dos últimos dias e semanas, o surgimento da variante alemã do fascismo, isto é, o nacional-socialismo, por um lado, e a crise do Tratado de Paz de Versailles, que se manifesta na ocupação do Ruhr³, por outro, contêm já de forma embrionária o balanço interno e externo do período histórico entre o Congresso de Jena (agosto de 1921) e o próximo Congresso do Partido em Leipzig e, em última análise, o balanço da própria revolução de novembro.

Os dois fenômenos, tanto o fascismo alemão como a ocupação do Ruhr, só podem ser compreendidos no conjunto da evolução desde novembro de 1918, isto é, no quadro das lutas de classe, de um lado, e da política internacional a partir daquele momento, de outro. Os dois fenômenos e acontecimentos mencionados nos conduzem ao centro das tarefas mais atuais do nosso partido e das tarefas revolucionárias em geral.

Estas, porém, só entenderemos corretamente, se tivermos compreendido o sentido histórico das tarefas partidárias, em toda a sua extensão, em sua ligação com o passado e em seu alcance para o futuro próximo.

O fascismo alemão, em seus diferentes matizes, recebeu um forte impulso do surpreendente sucesso do seu irmão gêmeo italiano. Todavia, seria falso crer que se trata de um mero decalque, isto é, de uma transposição mecânica deste último. O fascismo alemão como o italiano tem uma raiz européia comum, o resultado das lutas de classe internacionais até agora, e ambos marcam determinados pontos baixos no processo da revolução mundial. Mas a variante alemã do fascismo é o fruto legítimo das lutas de classe no solo alemão, assim como a variante italiana é um produto das lutas de classe na Itália, e somente por isso puderam ambos influenciar-se reciprocamente.

A base geral européia do fascismo já foi analisada de maneira excelente por Radek em seu relato sobre a ofensiva do capital no IV Congresso Mundial da Internacional Comunista. Supomos aqui esta análise internacional como já conhecida e a sua repetição, por isso, desnecessária. Assim, restringiremos nossa tarefa ao exame do

¹ Publicado na “Die Internationale”, em 15 de janeiro de 1923. Fonte: Revista Marxismo Militante Exterior Nº 2, abril de 1976. Tradução do alemão e Notas, por Érico Sachs.

² Trata-se do 8º Congresso do KPD, aberto em 28 de janeiro de 1923.

³ A ocupação do Ruhr pelas tropas francesas deu-se no dia 11 de janeiro, poucos dias antes desse artigo ter sido escrito. Deu-se em resposta à recusa do governo alemão, chefiado por Cuno, de realizar as pesadas reparações do Tratado de Versailles.

fundo histórico do fascismo alemão dentro de suas próprias fronteiras. Isso só poderá ser feito de maneira satisfatória numa visão conjunta do desenrolar global da revolução alemã desde novembro de 1918 e mediante uma análise das relações de classe que a desencadearam e das influências recíprocas das classes em luta.

Sobre a revolução alemã de novembro pode-se dizer literalmente o que Marx disse da revolução francesa de fevereiro de 1848: (ela foi) *um assalto imprevisto à velha sociedade e o povo proclamou este golpe inesperado como uma façanha histórico-universal, graças à qual se teria inaugurado uma nova época.*

Os paralelos com a revolução francesa de fevereiro são evidentes:

As jornadas de fevereiro - escreve Marx - visavam em princípio uma reforma eleitoral, que ampliasse dentro da própria classe proprietária o círculo dos já politicamente privilegiados e derrocasse o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando, porém, explodiu o conflito de fato, o povo ergueu barricadas, a Guarda Nacional permaneceu passiva, o Exército não ofereceu resistência séria, a Realeza fugiu, de modo que a República parecia se realizar por si mesma. Cada partido a interpretava segundo lhe convinha. Conquistada pelo proletariado de armas na mão, este lhe imprimiu a sua marca, proclamando-a uma República Social. Assim esboçou-se, antecipadamente, o conteúdo geral da revolução moderna, o qual estava, entretanto, em singular contradição com tudo o que então podia ter se realizado nas condições e circunstâncias existentes, levando em conta o material disponível e o grau de educação atingido pelas massas. Enquanto o proletariado parisiense se deslumbrava com a visão das grandes perspectivas que se lhe abriram e se envolvia em discussões austeras sobre os problemas sociais, os velhos poderes da sociedade retomavam consciência, reagrupavam-se e organizavam-se, encontrando um apoio inesperado nas massas da nação, nos camponeses e pequeno-burgueses que, de repente, após a queda das barreiras da Monarquia de julho, irromperam no palco político.

O que "visava em princípio" a revolução de novembro de 1918? O término da guerra e a derrubada do regime policial-burocrático dos "Junkers imperiais" que se revelara incapaz de conduzir a um êxito a guerra imperialista. A catástrofe militar estimulou a burguesia alemã a desvencilhar-se do aparelho de dominação já superado e inoperante para seus fins, isto é, da casta burocrático-militar dos "Junkers". Mas não foi a burguesia alemã quem fez a revolução de novembro, assim como não foi a burguesia francesa quem fez a revolução de fevereiro de 1848 na França, ou a burguesia russa a revolução de fevereiro de 1917 na Rússia. Elemento propulsor e esteio da revolução foram "operários e soldados", o proletariado industrial dos grandes centros urbanos e os elementos mais ativos da pequena-burguesia. As fileiras mais avançadas do proletariado ("raete")¹ proclamaram a república conquistada como "República de Conselhos", cujas bases organizatórias já tinham sido por elas criadas na forma dos Conselhos de operários e soldados.

Mas esta "República de raete" foi igualmente uma ilusão, como o fora a "República Social" de 1848 na França, com a diferença que a ilusão daquela, em contraposição com a ilusão desta, não consistiu na insuficiente maturidade das condições econômicas. Ao contrário, enquanto na França de 1848 o desenvolvimento da grande indústria ainda estava longe de ser suficiente para a transição ao socialismo, na Alemanha de novembro de 1918 estas premissas materiais existiam plenamente. Da economia de guerra do capitalismo de estado ao socialismo era apenas um passo. O verdadeiro obstáculo consistia no grau de educação alcançado pelas massas proletárias e pequeno-burguesas. A massa proletária, isto é, a grande maioria do proletariado, até então sob o fascínio do social-patriotismo, que, por sua vez, era o resultado da sujeição da aristocracia operária ao imperialismo nativo, acreditava já

¹ Rat (plural *raete* ou *räte*): o equivalente alemão de *Soviete* em russo, isto é, conselho. Conservamos o termo alemão, pois a KPD naquela época lutava pela "*Raeterepublik*".

possuir na democracia burguesa a garantia para um progresso pacífico e tranqüilo em direção do socialismo.

A ilusão que a dominava era a da "transformação da sociedade por vias democráticas", ou seja, a de uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia. Em torno dessa ilusão, a massa proletária uniu-se às camadas mais ativas da pequena-burguesia, da inteligência proletária e semi-proletária. A materialização clássica de tal ilusão comum foram os "Conselhos de Soldados", onde a pequena-burguesia e a *intelligentsia* obtiveram a direção. Sobre essa ilusão comum das massas proletárias e da pequena-burguesia constituiu-se a aliança entre estas duas classes, que imprimiu o seu cunho ao desenvolvimento revolucionário posterior. Os setores mais avançados do proletariado das grandes cidades, que por uma visão clara ou apenas instintiva (o que vale para a maioria) não compartilhavam de tais ilusões e visavam, portanto, a Ditadura do Proletariado, sucumbiram diante da resistência passiva e ativa dessa aliança pequeno-burguesa - proletária. A falta de conexão local entre os movimentos do proletariado dos grandes centros urbanos e a ausência de ligações entre o proletariado urbano e o das pequenas cidades e do campo, apontados geralmente como a causa do malogro das lutas de janeiro e março, são apenas a manifestação externa daqueles fatos fundamentais.

A vanguarda do proletariado alemão sucumbiu, assim como o proletariado parisiense, *com as honras da grande batalha histórico-universal* – nas palavras de Marx, que prossegue:

Não só a França, mas toda a Europa treme diante do terremoto de junho, ao passo que as sucessivas derrotas das classes mais altas foram conseguidas de modo tão fácil que só o exagero descarado do partido vitorioso pode fazer passar por "acontecimentos" e se tornam tanto mais vergonhosas quanto mais longe do proletariado se encontra o partido derrotado.

De fato, a história das lutas da democracia pequeno-burguesa carece em seu conjunto de qualquer traço heróico, desde a derrota da vanguarda proletária revolucionária nas lutas de janeiro e março de 1919. Em contraste com o heroísmo das grandes massas, que também aqui não está ausente, estão as grandes palavras e os pequenos atos dos líderes, que sempre retrocedem a meio caminho, as mentiras estereotipadas repetidas e as traições. Em resumo: a miopia, a covardia, a mesquinha e a patifaria sob todas as formas.

Nos anos seguintes e até hoje perduram essas lutas, que terminaram numa derrota completa, com a capitulação política e social total. Com essa capitulação dissolve-se, porém, a aliança entre a massa proletária e a massa pequeno-burguesa uma vez que agora ela perde qualquer sentido social ou político. O sentido social dessa aliança consistia para a massa proletária na "democracia econômica", na gradual ascensão do proletariado graças à "democracia" e à igualdade de direitos entre patrão e operários na empresa. Essa democracia, que se realizaria nos "conselhos de empresa", e a "coletividade de trabalho", deveriam assegurar-lhes uma crescente participação na riqueza social e permitir, ao mesmo tempo, à economia capitalista em decadência, um novo surto. A pequena-burguesia e as camadas intelectuais a ela ligadas alimentavam o mesmo pensamento, apenas em forma pequeno-burguesa: participação "democrática" na riqueza dos "ricos", "ascensão" no aparelho burocrático do Estado em forte expansão, distribuição "democrática" dos encargos fiscais, etc, etc. E o pressuposto de tudo isso era "ordem", isto é, nenhuma intervenção violenta no processo de produção capitalista e nas relações de propriedade capitalista. A democracia devia, porém, distribuir rendas e ônus "de maneira mais justa e uniforme".

Estas suaves ilusões, como não poderiam deixar de ser, foram destruídas cruelmente. Apoiada no mecanismo da desvalorização monetária e na maré baixa que arrastou a conjuntura mundial nos anos de 1920, a grande burguesia desferiu golpe após golpe no operariado e na pequena-burguesia. Ela conseguiu com verdadeiro virtuosismo aproveitar a depreciação da moeda para baixar, num só golpe, os salários dos

trabalhadores e os ordenados dos empregados, livrar-se de sua contribuição fiscal, descarregá-la nas costas das grandes massas e, finalmente, desapropriar indiretamente grande parte da pequena-burguesia, proletarizando-a.

A democracia pequeno-burguesa e social-democrática retrocedeu passo a passo, em recuos sucessivos a cada derrota, sem mesmo sequer tentar a luta. As "socializações" da famosa Comissão de Socialização findaram num fracasso. O controle estatal da grande produção industrial, que se pretendia, foi desaparecendo silenciosamente e, em seu lugar, o grande capital forçou uma liquidação progressiva das medidas de intervenção econômica e da regulamentação estatal do comércio. As palavras de ordem que propunham o registro dos bens de produção, imóveis¹, a estabilização da moeda etc, revelaram-se puras manobras. O capital impôs um compromisso fiscal que, além de não lhe criar novos encargos, o liberou ainda por cima de outros anteriores. Por que esses contínuos recuos sem resistência? Por que esse contínuo e vergonhoso abandono das próprias reivindicações? Porque qualquer conflito mais sério ameaçava romper os laços não só com o grande capital, como também com a pequena-burguesia e porque, além disso, por detrás de qualquer ação mais ampla das massas, surgia o espectro da revolução proletária, do comunismo. O resultado nestas circunstâncias só poderia ser a passividade crônica.

Mas a ironia da História fez com que exatamente a permanente atenção da Social-democracia às camadas mais retrogradadas da pequena-burguesia se tornasse a causa da ruptura da pequena-burguesia com a Social-democracia. O resultado negativo da política pequeno-burguesa social-democrática é a verdadeira fonte do fascismo.

As ilusões de "democracia econômica" esvaeceram-se e a democracia política, que terminou de mãos vazias e em pancadarias, está perdendo igualmente a atração para a pequena-burguesia.

Os acontecimentos depois do assassinato de Erzberger e Rathenau provaram a total incapacidade da democracia pequeno-burguesa até mesmo em defender-se. A democracia pequeno-burguesa, que em janeiro e março de 1919 havia cortado as cabeças da vanguarda proletária revolucionária, via agora as suas próprias cabeças rolarem. E para os decapitados ela teve apenas lamúrias impotentes e ameaças vazias, sacrificando-os assim, cristã e nobremente, à "Paz e Ordem". E tais sacrifícios não serão os últimos, pois já estão à espreita aqueles que carregarão portão afora a própria democracia, depois que as suas cabeças tiverem caído.

Impotente, dilacerada, desmoralizada e corrompida, a Social-democracia apenas espera o tiro de misericórdia da reação. A união com a USDP², fruto da impotência desta parte da classe operária e da sua renúncia à luta pelo poder, correspondeu à ilusória crença de que uma nova força poderia surgir da união das impotências, como se a falta de qualidade na luta pudesse ser substituída pela mera quantidade.

À bancarrota interna corresponde fielmente a bancarrota externa. A ocupação do Ruhr é o seu traço visível. Os clamores de "violência" mal encobrem a impotência. O desfecho é claro: nenhum poder externo pode ajudar a quem é impotente. Resta apenas a questão de saber de quem a Alemanha será colônia e como os exploradores de fora e os nativos, dividirão a presa entre si. Desse resultado a "democracia" só não

¹ O Partido Social-democrata, sob a pressão das massas, tinha levantado a palavra de ordem do "*sachwerterfassung*" isto é, o levantamento dos bens de produção e de imóveis. Previa a propaganda social-democrata a participação e o controle pelo Estado dos meios de produção, como primeiro passo para a sua socialização. O PCA, para desmascarar o caráter demagógico dessas promessas, declarou-se disposto a apoiar tal medida, sob a condição de que fosse completada pelo controle operário de produção.

² USPD - Partido Social Democrático Independente, partido centrista que tinha surgido durante a Primeira Guerra Mundial em oposição à política social-patriótica da Social-democracia oficial. Em fins de 1920, a maioria do USPD fundiu-se com o Partido Comunista. Em 1923 a ala direita voltou a integrar o Partido Social Democrata oficial.

participa formalmente. Na verdade, Cuno ¹, Stinnes etc, só puderam provocar a invasão inimiga, porque a bancarrota interna e externa da democracia pequeno-burguesa havia enfraquecido as massas populares e deixado o grande capital como único fator político real. Trata-se agora, conseqüentemente, do aproveitamento industrial do cadáver da Alemanha.

O fascismo alemão é a tentativa da pequena-burguesia e das camadas da *intelligentsia* a ela ligadas, de procurar um caminho de salvação à sua maneira, isto é, à maneira pequeno-burguesa, já que o caminho da salvação democrático-socialista a conduziu ao deserto. É evidente que este caminho pequeno-burguês deverá ser tão contraditório como o é a própria situação da pequena-burguesia. Esta deseja, tal como Luis Bonaparte, representar o papel de mediador autônomo entre as classes, pairando acima delas e do Estado. Se o pequeno camponês francês escolheu Luis Napoleão, como mediador, enquanto sobrinho do Imperador dos camponeses, juntamente com seu Bando de Dezembro, o pequeno-burguês alemão por sua vez, já possui o seu "Bando de Dezembro", isto é, os *declassé* da guerra e da ruína econômica. E então, o que poderão ser os seus líderes senão os napoleões alemães, os ídolos da guerra? Se estes perderam a batalha do Marne e a guerra - não ganharam, em contrapartida, as batalhas nas ruas de Berlim?

O fascismo não pode seguir simplesmente sob o comando da grande burguesia. A grande burguesia faliu ideologicamente. Materialmente ela oprime a pequena-burguesia. O pequeno-burguês, entretanto, é a favor da ordem burguesa. Como sair então desse dilema? O pequeno-burguês recorre à sua velha receita de "por-um-lado, por-outro-lado": "o lado-bom e o lado-mau". O lado bom é o capitalista cristão, o industrial, o que produz; o lado mau é o capitalista judeu, o comerciante, o agiota, o parasita. Esta distinção, naturalmente, não passa de um típico mal entendido pequeno-burguês. O lado bom e mau, o capitalista judeu e o cristão, o "produtivo" e o "parasita" entrelaçam-se inseparavelmente e no capital financeiro os dois lados terminam por se unir em uma mesma unidade.

O pequeno-burguês fascista quer um governo forte. Governo forte significa ampliação do funcionalismo. Mas ele exige ao mesmo tempo uma "economia de gastos públicos" isto é, uma limitação do funcionalismo. Assim, os velhos funcionários são demitidos e em seu lugar o novo "Bando de Dezembro" rasteja em uniformes do Estado, o que torna a máquina administrativa não menor, mas muito maior, não mais econômica, mas mais custosa.

O pequeno-burguês fascista se preocupa também com o operário como benfeitor patriarcal. É preciso acabar com o abuso do dia de oito horas e com o disparate dos direitos do operário na fábrica. Ordem na fábrica! Que se termine com os presentes do Estado aos trabalhadores à custa do pequeno-burguês, como o pão e os aluguéis baratos etc. Em compensação o ditador escolhido pelo pequeno-burguês lhe conseguirá um trabalho e matará o dragão da usura. Protegerá o "bom" operário contra o "mau" operário. Recompensará o "bom empresário" e castigará o "mau". Em suma, instaurará a harmonia entre lobos e cordeiros sob condição de que cada um desempenhe o papel que a natureza e o raciocínio pequeno-burguês lhe atribuem.

E por último, que se ponha fim ao absurdo do "internacionalismo". A religião do pequeno-burguês é o nacionalismo. Como mediador entre as classes, ele não pertence a nenhuma delas, e, por isso, é o verdadeiro representante da nação.

Qual será o papel histórico do fascismo se ele triunfar? Ele liquidará as ilusões democráticas pacíficas, tanto as da "democracia política" como as da "econômica". Mas ele não poderá resolver nenhum dos problemas que se propôs. Nem poderá *dar*

¹ Cuno era o chefe do governo, que tentava resistir às exigências francesas. Foi o primeiro governo abertamente burguês, depois da Revolução de novembro de 1918. Stinnes: representante do grande capital, que tinha enriquecido com a inflação durante e depois da guerra. Porta-voz da "resistência" ao imperialismo francês.

nada a uma classe sem tirar da outra. A uns deixa na espera paciente da revolução, a outros na ânsia dela. A vitória do fascismo, se ela ocorrer, conterá seguramente em si o germe do triunfo da revolução proletária, como o conteve a vitória de Luis Bonaparte.

Mas a vitória do fascismo na Alemanha não é de forma nenhuma certa, e não devemos de modo nenhum esperá-la com uma crença fatalista. Se o advento do fascismo reflete a decadência da Social-democracia e a impotência momentânea que daí resultou para a classe operária em intervir decisivamente no destino da Alemanha, a luta contra o fascismo terá de ser, assim, antes de tudo, uma luta pela ativação da classe operária, e pela sua recondução ao papel histórico que lhe cabe. Logo que a classe operária alemã despertar da sua paralisia causada pelo tóxico social-democrático, desaparecerá o fantasma do fascismo, as massas pequeno-burguesas se voltarão novamente para o proletariado que, após a depuração de suas ilusões democráticas, estará finalmente maduro para assumir a liderança para a qual não estava preparado em novembro de 1918.

A derrota do fascismo na Alemanha dependerá, decisivamente, da rapidez com que nós comunistas soubermos acelerar e liquidar de forma revolucionária a falência da social-democracia, arrancando as massas operárias da letargia em que a liderança social-democrática as mantém prisioneiras.

Acelerar a bancarrota da Social-democracia, liquidá-la revolucionariamente, ativar o proletariado, constituem a tarefa principal do partido no futuro próximo e o tema central do Congresso vindouro, tema do qual decorrem todas as demais atividades particulares.

O FASCISMO, A PEQUENA BURGUESIA E A CLASSE OPERÁRIA¹

A. Thalheimer

Existem hoje na Alemanha apenas três poderes reais e de fato: os grandes trustes capitalistas, o fascismo e o comunismo.

A base social do fascismo é a pequena-burguesia, as camadas médias, enquanto a do comunismo é a classe operária. Está na natureza da pequena-burguesia oscilar entre os polos do capitalismo e do proletariado. O fascismo é o movimento da pequena-burguesia voltado para o grande capital, que utiliza esse movimento para suas finalidades contra as da classe operária. E por isso a pequena-burguesia é fatalmente enganada. Pois, a ditadura apoiada nos pequeno-burgueses não é a ditadura da pequena-burguesia. Ela é a ditadura do grande capital, como hoje aparece evidente na Itália. Mussolini já jogou às traças o programa pequeno-burguês que lhe auxiliou a conquistar o poder. Isso não significa que Mussolini cairá amanhã. Cairá quando a classe operária tiver acumulado suficiente força para - apoiada no descontentamento crescente da pequena-burguesia - destruir o poder militar do governo fascista.

Na Alemanha a evolução da pequena-burguesia em direção ao fascismo, isto é, ao lado do grande capital, é a consequência direta da traição da Social-democracia, não apenas dos interesses da classe operária, mas também dos das classes médias. Vinculada à grande burguesia, a Social-democracia nem sequer foi capaz de conduzir a pequena-burguesia na luta pela sua existência contra o grande capital.

Desta forma, a Social-democracia expôs a classe operária ao perigo de um ataque em bloco das classes médias e do grande capital, sob a direção deste último. A dimensão desse perigo só os tolos não enxergam. E só os tolos podem crer poder enfrentar o perigo com a ajuda - com perdão da palavra - do "Exército da República" e, eventualmente, com a colaboração das tropas de choque socialistas; enquanto que, ao mesmo tempo, continua a pilhagem do proletariado e das classes médias pelo grande capital, o roubo através dos impostos, da usura e da desvalorização dos salários.

A vitória política sobre o fascismo, exige uma mudança profunda da atitude política da maioria da classe operária; uma ruptura radical com o grande capital e a vontade resoluta do proletariado em defender até o fim os interesses da pequena-burguesia contra o grande capital. Da mesma forma como o proletariado, a pequena-burguesia sofre o peso dos impostos; suporta a usura do monopolizado comércio por atacado e da grande indústria, como sofre a desvalorização do marco que sugou suas economias, e continuamente deprecia seus rendimentos. E se vai a Bolsa ou ao Banco para depositar seus rendimentos, para assim protegê-los, seguramente sairá de lá esfolada.

O grande capital triturou com a mesma intensidade tanto os pequenos artesãos, pequenos comerciantes, pequenos camponeses, aposentados e trabalhadores intelectuais, deixando - literalmente - morrer à mingua as camadas que sustentam a cultura burguesa.

O Partido Comunista está decidido a realizar uma mudança fundamental nesta situação. O ônus esmagador dos impostos tem de ser tirado dos ombros da pequena-burguesia como dos trabalhadores. Para isso servirá o levantamento dos valores

¹ Publicado no "Rote Fahne", jornal diário do PCA, julho de 1923. Fonte: Revista Marxismo Militante Exterior Nº 2, abril de 1976. Tradução do alemão por Érico Sachs.

patrimoniais capitalistas. Mas isso só não basta. Todo o nefasto jogo da anarquia econômica e financeira, tem que ser abolido mediante a intervenção planificada dos trabalhadores: controle rigoroso da economia, planificação no interesse e através da participação de todos os trabalhadores.

A propriedade pequeno-burguesa, o conhecimento e a capacidade dos intelectuais burgueses encontram lugar numa economia que está nas mãos dos trabalhadores. A palavra de ordem do grande capital consiste em manter-se à custa da miséria do pequeno-burguês e do trabalhador. De fato, durante todos estes anos, o trabalhador foi roubado constantemente de uma parte do valor de sua força de trabalho e o pequeno-burguês foi desapropriado pouco a pouco pelo grande capital. A palavra de ordem do comunismo é: aumento da produtividade através de um emprego maior da técnica; pela planificação e extinção dos intermediários parasitas e de todo o luxo.

Para findar com as penúrias mais urgentes, um governo operário-camponês deverá imediatamente confiscar e distribuir os estoques de móveis, de roupas, de alimentos e as casas dos ricos.

A garantia mínima de existência dos trabalhadores, classes médias produtivas e trabalhadores intelectuais terá de ser o primeiro e decisivo passo de um governo operário revolucionário.

Só como defensor sincero e intransigente dos interesses da classe média afligida, poderá o proletariado arrancar a arma fascista das mãos do grande capital e, assim, reforçar suas próprias fileiras com todos aqueles destas camadas médias que estejam dispostos a lutar ao lado dos trabalhadores.

SOBRE O FASCISMO¹

August Thalheimer

Nota introdutória

No verão de 1928, entreguei à Comissão Programática da Internacional Comunista, da qual na época eu ainda era membro, um extenso documento relativo às questões programáticas. Publicamos, a seguir, o capítulo sobre o fascismo (deixando de lado algumas notas introdutórias), de acordo com o desejo de diversos companheiros. O texto trata das questões fundamentais. Todavia, estamos iniciando ao mesmo tempo uma série de artigos sobre os pressupostos concretos e tendências do fascismo na Alemanha.

I

Sobre esse assunto, é do maior significado prático o que muitas vezes pode parecer sutileza teórica ou pedantismo verbal. Sem uma extrema exatidão teórica, corremos o risco de cair nas maiores dificuldades e em erros, na prática.

Naturalmente, ninguém pode ser censurado por não reconhecer à primeira vista, completa e corretamente, todos os traços essenciais deste objeto complexo, furta-cor e em constante transformação como um Proteu. Devemos aprender a exercer a crítica e autocrítica, a não nos tornarmos prisioneiros de fórmulas errôneas e incompletas.

Também não é minha intenção aqui apresentar fórmulas prontas e acabadas, mas sim indicar pontos de vista que permitam uma formulação definitiva.

O melhor ponto de partida para o exame do fascismo parece-me ser a análise de Marx e Engels sobre o bonapartismo (Luis Bonaparte). Bem entendido, não coloco o fascismo e o bonapartismo no mesmo nível. Eles são, porém, fenômenos aparentados, que apresentam tanto traços comuns como divergentes, os quais devem ser destacados.

Começo com um trecho do prefácio de Marx ao "18 Brumário" que diz:

*Finalmente espero que meu folheto venha a contribuir para a eliminação do termo hoje em voga, principalmente na Alemanha, do chamado **cesarismo**.*

Marx chama a atenção, em seguida, sobre a diferença fundamental entre o proletariado moderno e o antigo, da qual decorre que o *cesarismo* da antiguidade e o moderno *bonapartismo* sejam totalmente diferentes, do ponto de vista da composição de classe.

Marx enfatiza porém, a necessidade de uma análise de classe *historicamente determinada*.

Mas não apenas isto. Ao lado da análise da composição de classe, social e histórica do bonapartismo, ele vê como resultado não apenas a existência de determinadas classes em uma dada sociedade, mas também a existência de uma relação

¹ Publicado pela primeira vez no ano de 1930, em "Gegen der Strom" (Contra a Corrente), órgão teórico da recém fundada Oposição Comunista Alemã (KPO). Fonte: Revista Marxismo Militante Exterior nº 1, outubro de 1975. Efetuamos algumas correções de redação, com base em tradução recente, efetuada diretamente do alemão pela saudosa companheira Alice Werner (Nota dos Editores).

determinada dessas classes que é historicamente produzida e, portanto, historicamente superável, isto é, de uma determinada *situação histórica*. Examina também, exatamente, as formas de manifestação política do bonapartismo, suas raízes e expressões ideológicas, sua organização estatal e partidária.

Marx examina minuciosamente como a burguesia francesa, depois de 1846 - 1849, para salvar sua existência social, diante do levante da classe operária nas batalhas de junho, *abre mão da sua existência política* e se entrega à ditadura de um aventureiro e seu bando:

Assim, denunciando agora como "socialista" tudo o que anteriormente exaltava como "liberal", a burguesia reconhece que o seu próprio interesse exige que ela se livre do perigo do auto-governo ["self government", no original]; que, a fim de restaurar a calma no país, antes de mais nada, o seu parlamento burguês deve ser silenciado; que a fim de conservar intacto seu poder social, o seu poder político deve ser quebrado; que o burguês particular só pode continuar a explorar as demais classes e se regozijar sem preocupações com a propriedade, a família, a religião e a ordem, sob a condição de que a sua classe seja condenada, junto com as demais classes, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar a sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e a espada que deve protegê-la, seja colocada fatalmente sobre a sua própria cabeça, como a espada de Dâmocles.

(“O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, destaques meus, A. Th.)

A burguesia é, portanto, *uma das bases sociais* do bonapartismo que, para salvar a sua existência social em uma determinada situação histórica, abre mão do poder político – submete-se ao “poder autonomizado do Executivo”. A outra base social profunda e ampla da autonomização do Poder Executivo, da ditadura de Bonaparte e do seu “bando”, são os camponeses parcelários (o pequeno e o micro camponês) isto é, não o revolucionário, mas o conservador camponês parcelário; portanto, não o que se rebela contra as relações de propriedade burguesas, mas aquele que deseja ver a sua propriedade privada mantida e defendida da ameaçadora revolução proletária. Essa defesa, essa proteção, a classe camponesa não pode por si só exercer, em consequência da sua dispersão econômica e social, em consequência da falta de uma organização social e econômica própria:

Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas um relacionamento local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nenhuma unidade nacional e nenhuma organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. Eles são, portanto, incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, seja através de um Parlamento, seja através de uma assembléia. Eles não podem se representar, precisam ser representados. Seu representante precisa ao mesmo tempo aparecer acima deles como um senhor, como uma autoridade, com um ilimitado poder governamental que os proteja das outras classes e que do alto lhes envie o sol ou a chuva. A influência política do pequeno camponês, portanto, encontra a sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete a sociedade ao seu domínio.

No que diz respeito à classe operária, ela participa do surgimento do bonapartismo na medida em que partiu para a derrubada revolucionária da sociedade burguesa, insuflou-lhe medo e pavor, mas ainda não se mostrou capaz de tomar para si o poder e mantê-lo. Uma grave derrota do proletariado numa profunda crise social é, portanto, uma das premissas do bonapartismo. Por outro lado, o bonapartismo está dividido em diferentes setores e partidos: a cisão da burguesia, o surgimento das contradições entre as suas diversas camadas é, por sua vez, novamente um efeito da derrota da classe operária (e em consequência da pequena-burguesia). O Poder Executivo aparece agora para a burguesia como o almejado representante dos interesses gerais de suas diversas camadas, as quais já não mais conseguem por si só estabelecer.

Engels salientou especialmente este ponto de vista quando mais tarde, na introdução à terceira edição da "Guerra Civil na França", disse:

Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França (depois de 1848), a burguesia já não podia continuar governando-a. Pelo menos naquele momento, em que a sua maioria era ainda de tendência monárquica e se encontrava dividida em três partidos dinásticos e um quarto, republicano. Suas desavenças internas permitiram ao aventureiro Luis Bonaparte se apossar de todos os instrumentos do poder - Exército, polícia, aparelho administrativo - e, em 2 de dezembro de 1851, fazer saltar aos ares a última cidadela da burguesia, a Assembléia Nacional.

II

No seu artigo póstumo sobre "Violência e Economia na Construção do Novo Império Alemão" (Neue Zeit, XIV, 1, 1896), Engels refere-se também à contradição do salvamento do domínio social da burguesia por Luis Bonaparte, mediante o aniquilamento de seu domínio político:

Luis Napoleão - afirma Engels - era então o ídolo da burguesia européia. Não apenas por ter salvado a sociedade em 2 de dezembro de 1851, quando na verdade destruiu o domínio político da burguesia, mas somente para salvar o seu domínio social.

Engels caracteriza da seguinte maneira o conteúdo social do domínio de Luis Bonaparte em relação à burguesia:

Como Imperador, não só colocou a política a serviço do lucro capitalista e da especulação na Bolsa, como também exerceu a política completamente segundo os princípios da Bolsa de Capitais e especulava com o ' princípio da nacionalidade'.

Marx apresenta ainda, no "18 Brumário", uma análise do mecanismo de dominação de Luis Bonaparte, de seus apoios e recursos organizatórios.

Lá está em primeiro lugar a sua organização partidária secreta, a "Sociedade de 10 de dezembro".

Qual é a sua composição social?

Em primeiro lugar está o *lumpen proletariado parisiense organizado em seções secretas, com os generais bonapartistas à frente*. Em segundo lugar, os elementos burgueses desclassificados: *Roués* [libertinos] *arruinados, jogadores, literatos etc.* Além disto, a nobreza desclassificada. Finalmente, elementos camponeses desclassificados.

Marx resume o conjunto sob o nome de "*bohème*". São, portanto, desclassificados de todas as classes, dos quais Luis Bonaparte se utiliza para construir a sua organização partidária, que lhe é característica, e os quais ele agrupa em torno de si como pessoas de confiança, funcionários, etc. Isso, naturalmente, não é um acaso, pelo contrário, está na essência da questão. Desenraizados social e economicamente, elementos parasitas de todas as classes, eliminados da produção imediata, são o material natural, os instrumentos naturais do "poder executivo autonomizado". Nessa escória social as diferentes características de classes são apagadas. Ela está livre de ligações ideológicas etc, com cada uma das classes da qual é o detrito e, nessa medida, pode elevar-se e mover-se acima delas. Por outro lado, representa não a superação revolucionária dessas características de classe, mas a contra-revolucionária, a negação do princípio de classe burguesa que permanece no interior desse princípio. O ladrão, por exemplo, executa a superação da propriedade privada ainda no terreno da propriedade privada. Ele suprime a propriedade privada de outros para restabelecê-la individualmente para si. A famosa frase de Proudhon: *La propriété c'est le vol* [A propriedade é o roubo], vale também ao contrário: "*Le vol*

c'est la propriété, o roubo é a propriedade. E assim são esses desclassificados de todas as classes, ao mesmo tempo carne da carne, sangue do sangue da propriedade privada, da sociedade burguesa e, portanto, capazes, na medida em que aniquilam o seu domínio político, de ao mesmo tempo defender o seu domínio social e de protegê-la contra a classe e as classes que representam a superação revolucionária da sociedade burguesa, a superação social da propriedade individual burguesa - o proletariado industrial e as camadas proletarizadas do campesinato.

Economicamente, esses elementos desclassificados, esses parasitas de todas as classes, têm uma tendência natural de assegurar sua existência material na máquina governamental e partidária bonapartista. Daí o enorme crescimento do aparato executivo autonomizado. Sob este ponto de vista, vale a pena também examinar mais de perto a parte militar do aparato de estado bonapartista. Também ela possui características sociais próprias e, relacionadas com estas, características militares e organizatórias. Ouçamos novamente Marx:

Finalmente, o ponto culminante das "idées napoléoniennes", [idéias napoleônicas] é a preponderância do Exército. O Exército era o "point d'honneur" [ponto de honra, orgulho] dos pequenos camponeses, eles próprios transformados em heróis, defendendo suas novas propriedades contra o mundo exterior, glorificando a sua nacionalidade recém conquistada, pilhando e revolucionando o mundo. A farda era o seu próprio manto de poder; a guerra a sua poesia; a pequena propriedade, ampliada e alargada na sua imaginação, a sua pátria, e o patriotismo a forma ideal do sentimento de propriedade. Mas os inimigos contra os quais o camponês francês tem agora que defender a sua propriedade, não são os cossacos, são os "huissiers" [Oficiais de Justiça] e os executores de impostos. A pequena propriedade [parcela] não está mais abrangida no que se chamada Pátria, mas sim nos registros de hipotecas. O próprio Exército já não é mais a flor da juventude camponesa, mas a flor do pântano do lumpen-proletariado camponês. Ele é composto na maior parte de "remplaçants" [aqueles que, antigamente, na França e na Bélgica, substituíam os jovens recrutados para o Exército], de substitutos, do mesmo modo que o próprio anão Bonaparte é apenas um "remplaçant", um substituto de Napoleão. Seus atos heróicos consistem agora em caçar camponeses em massa, como antílopes, em servir de gendarme e, quando as contradições internas do seu sistema expulsar o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro para fora das fronteiras francesa, seu Exército, depois de alguns atos de banditismo, colherá não louros, mas açoites.

O Exército bonapartista consiste de elementos camponeses desclassificados. O serviço militar para eles é profissão, substituta da parcela de terra perdida ou não obtida. São na maior parte soldados profissionais com tempo de serviço de muitos anos, dispostos a qualquer ato contra-revolucionário, mas do ponto de vista militar, representam um fator duvidoso, pois não estão dispostos a morrer pelo seu soldo e sim viver bem com ele. Quando separados de sua origem de classes são os instrumentos de poder adequados para o "Executivo autonomizado", que precisa se esforçar para consolidar e fortalecer seu antagonismo com as massas populares. Aqui a corrupção tem que se aprofundar cada vez mais. Por isto eles são ao mesmo tempo o instrumento menos adequado possível para defender a existência nacional em uma guerra séria com o exterior. A previsão de Marx sobre a futura derrota do Exército bonapartista em 1870/71 estava baseada na profunda e aguda análise de classe deste Exército.

Finalmente, Marx assinala o papel da tradição bonapartista, da lenda napoleônica para o domínio de Luis Bonaparte. A força da lenda napoleônica baseava-se na unificação de três momentos. Primeiro, o nacional: a glória das guerras napoleônicas. Segundo, o revolucionário: a luta contra o feudalismo fora da Europa, bem como a defesa da propriedade camponesa conquistada revolucionariamente contra os senhores feudais franceses, os imigrantes que em aliança com a Europa feudal ameaçavam a parcela camponesa. E em terceiro lugar, a submissão da burguesia ao exército revolucionário e ao seu herói Napoleão, a privação dos seus direitos políticos e a domesticação de seus apetites de exploração.

Marx desenvolve ainda as contradições internas do sistema bonapartista, que acabarão por esgotá-lo e acarretarão a sua dissolução final:

Bonaparte, como autoridade do poder executivo autonomizado, considera como seu desígnio assegurar a "ordem burguesa". Mas o sustentáculo desta ordem burguesa é a classe média; ele se afirma, portanto, como representante da classe média e promulga decretos nesse sentido. No entanto, ele só é alguém por ter quebrado o poder político dessa classe média e por quebrá-lo novamente todos os dias. Consequentemente, ele se reconhece como adversário do poder político e literário da classe média. Porém, na medida em que protege o poder material dela, produz novamente seu poder político. A causa, portanto, precisa ser mantida viva, mas o efeito, onde se manifestar, tem que ser liquidado. Porém, isso não pode se dar sem pequenas confusões de causa e efeito, pois em sua mútua influência perdem suas características de diferenciação. Daí, novos decretos, que confundem a linha demarcatória. Diante da burguesia Bonaparte se considera ao mesmo tempo representante dos camponeses e do povo em geral, que deseja tornar felizes as classes mais baixas do povo, dentro da estrutura da sociedade burguesa. Daí, novos decretos que roubam antecipadamente aos "verdadeiros socialistas" sua arte de governar. Mas, acima de tudo, Bonaparte considera-se o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, representante do lumpen-proletariado, ao qual pertencem ele próprio, seu "entourage" [os que os cercam], seu governo e seu Exército, e cujo interesse primordial é colher benefícios e retirar "prêmios de loteria californianos" do Tesouro do Estado. E ele se sustenta como chefe da Sociedade de 10 de Dezembro com decretos, sem decretos, apesar de decretos". (O 18 Brumário).

III

Finalmente encontramos características e perspectivas gerais do bonapartismo ou do "imperialismo" (no sentido não-moderno) como forma do poder estatal burguês em uma situação determinada da sociedade de classes, na "**A Guerra Civil na França**". Ali, Marx escreve:

O Império, tendo o golpe de estado como certidão de nascimento, sufrágio universal por sanção e a espada como cetro, alegava apoiar-se nos camponeses, naquela grande massa de produtores que não estava envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Alegava salvar a classe operária, na medida em que quebrava o parlamentarismo e com ele o indisfarçável servilismo do governo em relação às classes proprietárias. Alegava salvar as classes proprietárias através da manutenção da sua soberania econômica sobre a classe operária; e, finalmente, alegava unificar todas as classes através da ressurreição da quimera da glória nacional. Na realidade era a única forma possível de governo, num momento em que a burguesia já tinha perdido a capacidade de governar o país e em que a classe operária ainda não tinha adquirido esta capacidade. (...) O imperialismo é a forma mais prostituída e ao mesmo tempo a forma final daquele poder estatal, que foi criado pela sociedade burguesa emergente como instrumento da sua própria libertação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha transformado em um instrumento da opressão do trabalho pelo capital.

Este trecho é da maior importância para a compreensão da essência do fascismo. Nele, Marx destaca os traços gerais, internacionais do bonapartismo ou imperialismo. Ele não leva em conta os traços especificamente franceses, e os considera como uma forma de manifestação típica, como uma forma do poder de Estado da sociedade capitalista em determinado estágio de seu desenvolvimento. Ele é, segundo Marx, a forma "*final*", ou seja, a última forma do poder de Estado burguês, a forma que o poder de Estado assume na sociedade burguesa completamente desenvolvida, a mais prostituída, ou seja, a forma mais degenerada e podre. Expressando de outra

maneira, é a forma de Estado decadente da sociedade burguesa, seu último refúgio da revolução proletária e ao mesmo tempo a sua perdição.

Aqui o leitor pára para pensar. Não é evidente que a análise de Marx caiu num beco sem saída? O "bonapartismo" ou "imperialismo" (na antiga acepção) seria a última forma do poder de Estado burguês? Mas, responderá imediatamente, a Terceira República na França, em 1870, não substituiu o sistema bonapartista, depois da sua derrubada como consequência de Sedan e depois do curto episódio da Comuna? Cronologicamente, concluirá, portanto, o bonapartismo não é a forma "final", ou a última forma do poder de Estado burguês. Na França, de qualquer modo, é a república parlamentar burguesa. Depois perguntará: Se o bonapartismo é a última e mais podre forma do poder estatal burguês, então o que é o fascismo? Além disso: o bonapartismo seria a forma de estado da *"dominação burguesa completamente desenvolvida"*? Mas o capitalismo encontrava-se na França de Luis Bonaparte ainda no estágio da livre concorrência. Desde então o capitalismo atingiu uma fase superior, a do monopólio, inclusive também na França. Seguramente o capitalismo imperialista pode ser caracterizado, com muito mais razão, como o *"domínio burguês mais plenamente desenvolvido"* do que o pré-imperialista. Mas onde se situa aí o bonapartismo? Mesmo se quisermos, de boa vontade, considerar a forma de estado fascista como um equivalente moderno do bonapartismo, a forma de estado fascista não é dominante nos países capitalistas mais desenvolvidos, nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Alemanha, na França. Aí domina a república parlamentar burguesa como forma estatal e, no caso inglês, ainda com a coroa como decoração externa. A forma de estado fascista domina exatamente nos países que certamente não se encontram à frente do desenvolvimento capitalista: na Itália, que na perspectiva do desenvolvimento capitalista certamente está atrás de todos os países citados, com uma alta percentagem de população no campo, e ainda com fortes influências feudais na agricultura (principalmente na Sicília); na Polônia e na Bulgária, países com fraca industrialização, com a população predominantemente camponesa, atrasados, em termos capitalistas. E isto é ainda mais válido para a Espanha.

Porém, esse emaranhado de contradições é exatamente indicado para nos esclarecer sobre a profundidade e a agudeza da análise de Marx, retirar dela o núcleo essencial e com isso chegar à essência do fascismo.

É claro que, baseado nos fatos citados, o bonapartismo não pode ser entendido, nem aparentemente nem cronologicamente, como a forma estatal "final" da sociedade burguesa; também não seria uma simples função do grau de desenvolvimento econômico da sociedade burguesa. Nesse caso, já se poderia ter acusado a análise de Marx naquela época em que a Inglaterra, em comparação com a França, nos anos 1850 / 1870, seria sem dúvida o país mais desenvolvido em termos capitalistas e com muito mais razão deveria ser caracterizada como o país do "domínio burguês plenamente desenvolvido". A solução resulta clara do que foi dito acima.

O decisivo é o conjunto das relações de classe de um determinado país, de uma determinada sociedade. O bonapartismo, a autonomização do poder Executivo, é a forma "final" e ao mesmo tempo a forma mais podre do poder de Estado burguês no estágio em que, depois dessa sociedade ter sido ameaçada ao máximo pelo assalto da revolução proletária, e depois da burguesia ter esgotado as suas forças na defesa deste assalto, quando todas as classes jazem esgotadas e sem forças e em que a burguesia procura um forte bastião de defesa para o seu domínio social. O bonapartismo é, portanto, uma forma do poder do Estado burguês numa situação de defesa, de fortificação, de refortalecimento contra a revolução proletária. É uma forma da ditadura aberta do capital. Sua outra forma bastante semelhante é a do Estado fascista. O denominador comum é a ditadura aberta do capital. Sua forma de manifestação é a autonomização do poder Executivo, o aniquilamento do domínio político da burguesia, e a submissão política de todas as outras classes sociais ao poder Executivo. Seu conteúdo social, ou de classe, porém, é a dominação da burguesia e dos proprietários privados em geral, sobre a classe operária e todas as outras camadas exploradas pelo capitalismo.

O bonapartismo é a forma "final" do poder de Estado burguês na medida em que é uma forma de ditadura capitalista aberta e esta surge quando a sociedade burguesa chegou à beira de seu tûmulo, quando for mortalmente ameaçada pela revolução proletária. A essência do fascismo é o mesmo: uma forma da ditadura aberta capitalista.

Aqui cabe a correção mais importante a ser feita, tanto em Marx, quanto na parte do projeto de programa que trata do fascismo. Ela consiste apenas de uma pequena palavra. Ao invés de dizer que o fascismo é a ditadura aberta da burguesia, deve ser colocado: é uma forma dessa ditadura aberta.

O Comitê Central do Partido Comunista da Itália dá a seguinte definição do fascismo em suas teses para a Segunda Conferência do Partido sobre a situação na Itália e as tarefas do Partido:

O que é o fascismo? Definimos o fascismo como a tentativa de estabilização do capitalismo italiano, isto é, do capitalismo de um país principalmente agrário, provido de matérias primas, mercado externo e um amplo mercado interno. As formas de estabilização capitalista são diferentes de país para país e correspondem à estrutura econômica dos diferentes países e ao grau de sua riqueza. O fascismo não representa um estágio mais desenvolvido do capitalismo italiano. Ele apenas desenvolveu novas formas de organização industrial (trustes, etc.) e de organização bancária (unificação dos bancos emissores), porém estas novas formas permanecem a serviço da economia política tradicional da classe dominante italiana, além disso, são um meio através da qual esta política prossegue e é agravada sob novas condições. O fascismo apresenta por isso uma forma capitalista superior da organização do Estado, um tipo de organização através da qual o Estado se funde mais estreitamente com os grupos dirigentes do capitalismo e intervém no processo de produção, depois de ter concentrado e aglomerado as forças. ("Lo Stato Operário", II, 3, março de 1928).

A falha dessa definição é que, no que diz respeito ao conteúdo social, não se revela a forma política especial do fascismo, seu caráter enquanto forma especial do poder de Estado burguês. A estabilização do capitalismo na Alemanha e na Itália tem no fundamental o mesmo conteúdo econômico e social, mas as formas do poder de Estado sob as quais um e outro se realizam são diferentes. A forma do poder de Estado é, portanto, na definição do fascismo, a diferença específica, a característica tipológica. O mesmo vale para o bonapartismo.

A correção é formalmente insignificante, mas é de grande alcance em relação ao conteúdo. Apliquemos em seguida esta conclusão ao passado. Que o fascismo seja uma espécie, um tipo de "forma final do poder de estado burguês" é provado pela Comuna. Ao colapso do bonapartismo seguiu-se a revolução proletária. Ela foi derrubada depois de curto tempo; o proletariado francês conseguiu na verdade, por alguns meses, estabelecer o seu domínio, mas não conseguiu manter-se nele. Mas o bonapartismo também já não podia ser restabelecido. A derrota catastrófica do bonapartismo exteriormente, pela Alemanha, destruiu a lenda napoleônica até as raízes. A isso foi acrescentado o efeito da corrupção do sistema. Suas contradições internas tiveram esse efeito, principalmente em relação à burguesia. O fortalecimento material da burguesia, que o bonapartismo precisou incentivar enquanto lhe negava o poder político levou, por outro lado, ao fortalecimento político dela. Ela agora queria e podia, depois de ter dominado a Comuna, dominar também politicamente de maneira direta. Da mesma forma o campesinato estava fortalecido politicamente. Queria participar do governo. Luis Bonaparte lhe tinha trazido a guerra, ele queria a paz. A classe operária, porém acabava de provar no levante da Comuna o crescimento da sua força e maturidade em relação a 1848. Estava claro para a burguesia que depois da experiência de vários anos de regime bonapartista a classe operária já não podia ser oprimida de forma aberta e ditatorial. Era possível conceder a ela agora, depois de ter sido derrotada, a fachada de uma democracia burguesa. E, finalmente, a derrota sofrida com o exército bonapartista de "substitutos", tornou claro para a burguesia francesa que o Exército teria de ser colocado sob outra base organizatória, ou seja,

serviço militar obrigatório efetivamente geral, redução do tempo de serviço, de forma a não convocar apenas o lumpen-proletariado do campo, mas toda a massa popular sujeita ao serviço militar. Mas, sem exército bonapartista, não há bonapartismo como forma de poder de Estado.

O resultado foi a república parlamentar burguesa, a forma estatal da burguesia material e politicamente fortalecida e da classe operária fortalecida ao mesmo tempo.

A base principal de Luis Bonaparte na burguesia não era a velha aristocracia bancária e financeira (que dominara sob o rei burguês Louis Philipp), mas a jovem, ascendente burguesia industrial, ainda fraca e sem tradição, sem formação política e sem sólida formação partidária. Ela ainda não estava em condições de governar por si mesma. Luis Bonaparte, "parvenu" e aventureiro, era o protetor que correspondia a esta burguesia de novos ricos. A derrota militar de Luis Bonaparte, junto com o fortalecimento da burguesia industrial durante o período de 1850-1870, criaram as premissas para a sua independência política na Terceira República. As derrotas militares, com as quais o domínio de Luis Bonaparte, terminou foram uma drástica escola política para ela. (Também para a burguesia alemã revelou-se o valor educativo político que as derrotas militares possuem. Se as derrotas que a Alemanha de Bismarck infligiu a Luis Bonaparte em 1870-1871 liquidaram o bonapartismo, a França foi à desforra na primeira guerra mundial quando, em conjunto com os aliados, derrotou a Alemanha imperial, derrubou o regime Hohenzollern—Bismarck e colocou a grande burguesia prussiano-alemã diretamente no poder. Não só marechais derrotados, mas também classes derrotadas aprendem, bem).

Formas de ditadura aberta da burguesia não são, portanto, de acordo com a sua essência, manifestações singulares: estão ligadas a uma determinada correlação geral das classes e voltam a surgir periodicamente, tão logo esta relação reapareça - enquanto a derrubada desta ou daquela forma da ditadura capitalista não trouxer o domínio duradouro da classe operária, através do qual esse ciclo se fecha, pelo menos no país em questão.

Isso explica também porque, depois de 1848/1849, não surgiu na Inglaterra a ditadura aberta da burguesia. Esta, social e politicamente, já era poderosa demais para isso. A marcha dos Cartistas de 1848 foi somente um episódio sem importância, que provou a impotência da classe operária inglesa para abalar seriamente a sociedade burguesa. Da mesma forma, chegando ao presente, na Alemanha de 1923, não houve nenhuma vitória do fascismo, que na sua primeira tentativa ruiu vergonhosamente, mas da grande burguesia que consolidou o seu domínio político direto na forma da república parlamentar burguesa. Pelas mesmas razões também não existe hoje nenhuma forma fascista de poder de estado na América, na Inglaterra ou na França.

IV

Voltemos agora à forma atual da ditadura aberta da burguesia na Itália, o Estado fascista. São evidentes os traços essenciais comuns à forma bonapartista de ditadura: novamente a "autonomização do poder Executivo", a submissão política de todas as massas, inclusive da própria burguesia, ao poder de Estado fascista, concomitantemente com a dominação social da grande burguesia e dos grandes proprietários de terra. O fascismo quer, como o bonapartismo, ser ao mesmo tempo o benfeitor geral de todas as classes; por isso a constante intriga de uma classe contra a outra, o permanente movimento de contradições internas. O aparato de dominação tem também os mesmos traços. O partido fascista é a contrapartida do "Bando Decembrista" de Luis Bonaparte. Sua composição social: desclassificados de todas as classes, da nobreza, da burguesia, da pequena-burguesia urbana, do campesinato, do operariado.

No que diz respeito à classe operária, encontram-se aí dois pólos opostos da desclassificação: embaixo, o lumpen-proletariado, "acima" parte da burocracia e

aristocracia operária dos sindicatos e partidos reformistas. A semelhança se dá também no que diz respeito ao poder militar. A milícia fascista é socialmente a contrapartida do exército bonapartista. Ambos são fonte de existência para elementos desclassificados. Paralelamente existe na Itália o serviço militar obrigatório geral, que não encontra nenhuma contrapartida na França. A sua existência ao lado da milícia fascista corresponde à necessidade da organização das Forças Armadas sob condições imperialistas, sob as quais um simples exército profissional ou de mercenários pareça a todos insuficiente, e exigem exército de massa com a máxima extensão do serviço militar obrigatório.

Da mesma maneira encontram-se concordâncias na situação da luta de classes da qual se origina aqui a forma bonapartista, ali a forma fascista de poder de Estado. No caso do fascismo italiano, como no caso do bonapartismo, um assalto fracassado do proletariado, com a conseqüente decepção da classe operária, a burguesia esgotada, confusa, sem energia, procurando por um salvador que lhe consolide o poder social. Concordância também na ideologia, centrada em torno da idéia "nacional", a luta aparente contra a corrupção parlamentar e burocrática, investidas simuladas contra o capital, etc. Traços semelhantes quanto aos "heróis" do golpe de estado.

Engels destaca na obra já mencionada, "Violência e Economia na Construção do Novo Império Alemão", os seguintes traços no "herói" do golpe de estado, que o capacitam para desempenhar o seu papel:

Lavado com todas as águas, conspirador carbonarista na Itália, oficial de artilharia na Suíça, malandro de boas maneiras, endividado e impostor na Inglaterra, mas sempre e em todas as partes: pretendentes.

A burguesia — diz ele adiante — vê nele o primeiro "grande estadista", carne da sua carne — ele é como ela um "parvenu". Também Mussolini é "parvenu", proveniente da classe operária [filho de pedreiro], é mais adequado que o originário da pequena nobreza, como era o caso de Bonaparte. As atividades de Luis Bonaparte junto aos carbonários italianos correspondem as de Mussolini junto à social-democracia italiana. Aliás, hoje em dia, a passagem pela social-democracia é obrigatória para os "grandes estadistas" e salvadores sociais da burguesia. E mais recentemente ainda, a passagem pelo comunismo: vide a China. Tanto no caso de Mussolini como no de Luis Bonaparte, muitos anos de emigração, de miséria. Elas aguçam em determinadas naturezas a fome pelo poder e pela riqueza, o conhecimento das pessoas, fortalece a vontade, e criam a necessária flexibilidade. Isto produz sob determinadas condições, objetivas e subjetivas, revolucionários rijos e experientes, sob outras, aquele golpista cínico e contra-revolucionário, "lavado com todas as águas".

As contradições internas do sistema, tanto aqui, como lá, são semelhantes na essência. A contradição entre o fortalecimento material e social da burguesia junto a sua opressão política. A aparência de proteção dos interesses materiais do proletariado, ao mesmo tempo em que, efetivamente, deixa-o a mercê do capital. O Estado fascista que, como "intermediário" entre a burguesia e a classe operária, precisa se movimentar permanentemente em contradições práticas. O mesmo em relação aos camponeses e pequeno-burgueses. O fascismo e o bonapartismo prometeram "tranquilidade e segurança" à sociedade burguesa. Mas para demonstrar a sua permanente necessidade como "salvador da sociedade", precisavam fazer com que a sociedade parecesse constantemente ameaçada: portanto, permanente falta de calma e segurança. Os interesses materiais da burguesia como do campesinato pressupõem uma administração pública austera, um "regime de economia". Os interesses materiais dos bandos parasitários dos quais se recrutam as organizações partidárias fascistas, os funcionários estatais e comunais fascistas, a milícia fascista, exigem ao contrário a constante ampliação e novos recursos para a máquina estatal e a máquina partidária fascista. Disso decorrem lesões alternadas de ambos os interesses. Cada limitação dos bandos fascistas no interesse da "calma e ordem", bem como da economia burguesa, precisa ser imediatamente compensada através de uma nova permissão de excessos terroristas, saques, etc.

Tanto as contradições internas, quanto a ideologia nacional-imperialista empurram o ditador à investidas no Exterior e finalmente à guerra. Mas aqui a contrapartida italiana a Luis Bonaparte choca-se não só com a velha contradição de que o instrumento do domínio militar interno, neste caso a milícia nacional, seja por causa da sua função interna, seja devido a sua composição social, torna-se imprestável como instrumento de conquista imperialista contra países que ainda não foram constrangidos a criar a "mais prostituída" de todas as formas de poder de Estado burguês, como também com as demais contradições entre as tropas privilegiadas fascistas e o Exército regular.

Quais as diferenças essenciais existem entre o bonapartismo e o fascismo?

Elas são em parte condicionadas pelas diferenças locais - pela diferença local das relações de classe, das tradições históricas, etc. Na França e na Itália elas se originam em parte nas transformações do caráter geral da sociedade burguesa e do sistema capitalista.

É naturalmente devido à tradição histórica local que o ditador na França surja como "Imperador", baseado na lenda napoleônica e do papel que ela desempenha junto ao campesinato. E na Itália o ditador precise se contentar com o papel de "Duce" e deixar a coroa existir ao seu lado. Ao invés da máscara napoleônica, a romano-antiga, peninsular e cesarista, mais artificial que aquela. Essas diferenças, porém são sem importância.

Mais importantes são as diferenças devidas às modificações do caráter geral do capitalismo. O terceiro Napoleão agia ainda na época do capitalismo da livre concorrência e das revoluções burguesas inacabadas na Itália e Alemanha. A fama [rechtstitel] de revolucionário que Napoleão I por certo tempo teve direito, e que Napoleão III procura explorar, operava agora contra ele. Na guerra contra a Itália ele atrai o movimento de libertação italiano, para logo em seguida rejeitá-lo, na medida em que, no interesse de suas conquistas dinásticas, o abandona depois de breve apoio. Na guerra franco-alemã choca-se diretamente com os interesses revolucionários da Alemanha por uma unidade nacional e se despedaça em consequência. A guerra de conquista dinástica que, movida pela lenda napoleônica e pelas contradições internas do sistema, precisa conduzir, está fora de tempo: tardia por não representar mais nenhum princípio revolucionário; precoce, por não poder ainda representar o princípio imperialista no sentido moderno, na falta de bases econômicas adequadas.

A política externa de Mussolini, pelo contrário, é desde o início baseada e dirigida de forma imperialista, no sentido moderno da palavra. Ela é assim "moderna" mesmo que mascarada como antiga, porém desde o início, abertamente reacionária. Ela tem que se despedaçar na contradição, de um lado, entre os objetivos exagerados que se coloca e, por outro lado, os meios escassos que dispõe para a sua execução. Além disso, a contradição entre a conformação e a estrutura social da organização militar, correspondente à discrepância entre a necessidade de demolir todas as classes da sociedade para viver às suas custas e as necessidades da condução da guerra imperialista.

Uma outra diferença, que está condicionada pelo desenvolvimento geral da sociedade capitalista e pelo estado da luta de classes internacionais, mostra-se nos princípios organizatórios e meios à disposição do poder de Estado fascista. O "Bando Decembrista" de Luis Napoleão era a contrapartida às pequenas organizações revolucionárias secretas da classe operária francesa de então. O partido fascista é a contrapartida contra-revolucionária ao Partido Comunista Soviético. Ele é, portanto, diferentemente do de Luis Napoleão, desde o início uma ampla organização de massas. Isto o torna mais forte em determinados períodos, mas aumenta também as contradições no seu interior, as contradições entre os interesses sociais dessas massas e o interesse das classes dominantes, às quais foi colocado a serviço.

Tratemos ainda rapidamente do fascismo na Polônia. A base para a ditadura fascista de Pilsudski é também um assalto revolucionário derrotado do proletariado (a guerra

russo-polonesa de 1920) e por outro lado, a fraqueza, falta de energia e desarmonia da burguesia local, que não conseguiu chegar a uma ação unitária nem mesmo no sentido da estabilização econômica. Os interesses contra-revolucionários da burguesia e dos latifundiários formam a base social do Estado fascista na Polônia. O fascismo conseguiu com facilidade se aproveitar da decepção da massa camponesa em virtude da sabotagem da reforma agrária, apesar de sua política servir claramente aos interesses dos latifundiários e da camada superior do campesinato. O "herói" do golpe de estado apóia-se ideologicamente na tradição da luta de libertação nacional revolucionária, organizatoriamente nos legionários, na sua decepção com o resultado da luta de libertação nacional – com a podridão burguesa – e na sua necessidade econômica de encontrar um ganha-pão, que não pode ser satisfeita no campo da produção. Portanto, também desclassificados de todas as classes fornecendo o material para o exército fascista. A organização partidária é formada por renegados de todos os partidos, os quais são dirigidos por antigos terroristas e legionários ajudantes do Marechal.

Na Polônia, porém, já surge um fator, que é decisivo na Espanha e em uma série de outros países. Lá o "poder de estado fascista", apenas superficialmente se assemelha ao fascismo italiano e ao bonapartismo francês, enquanto a estrutura de classes é fundamentalmente diferente.

Escolho para ilustração os casos extremos do regime, das formas do poder de Estado nas repúblicas sul-americanas. Também aqui o Exército é o portador do poder político, o "Executivo autonomizado". Costumeiras mudanças no curso político realizam-se através de golpes militares os quais, apesar da violência aparente, de forma alguma são revolucionários, pois basicamente nada modificam nas relações de poder existentes entre as classes. Aqui a ditadura militar, a autonomização do Executivo, não resulta da "sociedade burguesa plenamente desenvolvida", da sua decadência, da sua ameaça pela revolução proletária e da necessidade da sociedade burguesa de finalmente entrincheirar contra ela, mas exatamente ao contrário. Aqui é a imaturidade do desenvolvimento burguês, a fraqueza numérica e organizatória da burguesia, ainda confrontada com elementos feudais no campo, que ainda não permite uma forte organização política da burguesia. O Exército, mais precisamente o seu corpo de oficiais, é aqui a mais sólida e desenvolvida organização política. Ele exerce o domínio no lugar da burguesia, a qual ainda não pode exercê-lo. No caso do bonapartismo e do fascismo italiano ela não mais podia exercê-lo, naquela situação determinada da luta de classes.

Sob a mesma aparência externa do fascismo – como na Espanha – escondem-se, portanto, relações de classe, estágios de luta de classes e estágios de desenvolvimento da sociedade burguesa totalmente diversos. Sem a análise de classes concreta cai-se, portanto, nos maiores enganos tanto teóricos quanto práticos.

Foi levantada pelos nossos companheiros italianos, se estou bem informado, a questão: se à forma de poder de estado fascista deveria imediatamente se seguir a ditadura do proletariado ou se ela seria substituída por uma ou outra forma de poder de estado burguês, por exemplo, a república parlamentar democrático-burguesa. A resposta a isso já foi dada por Lênin no II Congresso da Internacional Comunista. Diante da pergunta se a crise do capitalismo no pós-guerra levaria inevitavelmente à revolução socialista, Lênin respondeu que a resposta à questão não poderia ser dada teoricamente. Não passaria de verbalismo, de escolástica. A resposta a isto, só a luta real poderia dar. A tarefa dos partidos comunistas consistia em prepará-la da melhor forma possível. A mesma resposta pode ser dada sobre o fim do bonapartismo. Esta ou aquela forma da ditadura aberta do capital nas sociedades burguesas plenamente desenvolvidas será a forma final ou a última forma de poder do Estado burguês se a classe operária do país como dirigente das demais classes trabalhadoras for suficientemente forte para utilizar a crise do regime para instaurar duradouramente a ditadura do proletariado. Isso é decidido pela luta. E esta é decidida tanto pelo fator objetivo como pelo subjetivo, conjuntamente: a força real e a maturidade da classe

operária, sua relação com as demais classes trabalhadoras, a situação da luta de classe internacional e não por último, a força, a maturidade e a capacidade de luta do Partido Comunista do país em questão.

Uma outra questão é se depois da queda do fascismo na Itália pode seguir-se imediatamente a instituição da ditadura do proletariado, sem um elemento intermediário. Na França, como é conhecido, depois da queda do bonapartismo em 4 de setembro de 1870 seguiu-se, como elemento intermediário a república com Thiers, Favre e Cia., os legitimistas e orleanistas sob a liderança da burguesia e dos proprietários de terra. Só depois que eles fracassaram, seguiu-se a Comuna, em 18 de março de 1871. O período intermediário burguês-republicano, no qual elementos democrático-burgueses provisoriamente chegam ao poder é, por muitos motivos gerais, também possível na Itália, até provável. Ele pode durar meses, semanas ou até mesmo alguns dias. Pode assumir formas de um duplo poder ou outras formas singulares. Porém, conforme a experiência histórica e as relações de classes italiana, será necessário um certo tempo e uma certa experiência de massas, para destruir as ilusões e esperanças democráticas pequeno-burguesas na massa da pequena-burguesia, dos camponeses e também em setores do operariado. Não depende da vontade do Partido Comunista se uma tal etapa intermediária surge ou se será queimada. Mas de qualquer forma depende dele em boa medida quão fortes serão as posições de poder que a classe operária tomar no momento da queda do fascismo e quão rapidamente ela supera este estágio intermediário.

Uma outra consequência que podemos tirar dos resultados obtidos até agora, é que a ditadura aberta do capital em outros países pode assumir e provavelmente assumirá outras formas que não as da Polônia, Itália, Bulgária. Certos traços serão os mesmos, outros serão diferentes. Construí-los teoricamente de antemão é impossível. As formas de ditadura aberta da burguesia não são, porém, arbitrárias, não são possíveis em qualquer situação da luta de classes e em qualquer correlação de classes. Elas estão ligadas a correlações e situações da luta de classes bem definidas, as quais foram citadas acima.

É hoje bastante geral na burguesia dos países capitalistas plenamente desenvolvidos a vontade de demolir o sistema parlamentar, de restringi-lo, de criar garantias políticas mais fortes para o domínio burguês. Estas tendências são principalmente visíveis naqueles países capitalistas avançados como Inglaterra, Alemanha e a França, que foram mais ou menos abalados social e economicamente pelos efeitos da guerra. Isso os faz caminhar na direção do fascismo, podendo levar em situações críticas a formas de ditadura aberta do capital. Estas, porém não tem de ser idênticas àquelas do fascismo.

Nessa questão precisa-se ainda esclarecer o seguinte: o esvaziamento do regime burguês se dá paulatinamente e a própria burguesia é o principal agente disso. Marx, no 18 Brumário, caracteriza exatamente este processo de esvaziamento em cada uma de suas etapas. A instituição da ditadura aberta, porém, só pode se dar através de um salto, um golpe de estado, no qual a própria burguesia é um elemento passivo. Sua tarefa é criar as condições para que ela possa ser "salvada" socialmente, e violentada politicamente. É, porém o herói do golpe de estado que se encarrega da própria violentação. Sempre se encontra o indivíduo ou a organização para isso, quando a necessidade se manifesta. As organizações correspondentes são incentivadas ativa ou passivamente pela própria burguesia.

O regime de *Noske* na Alemanha foi, sem dúvida, um regime de aberta violência contra-revolucionária. Porém, a forma de estado não era fascista. A experiência *Noske* não foi nenhuma "autonomização do Executivo". Ela representou uma tentativa nesta direção, na medida em que criou uma dominação pelo sabre. Mas essa tentativa do poder executivo militar, o golpe *Kapp [Kapp Putach]*, malogrou.

Do que foi dito, tiro a conclusão de que é necessária uma análise mais exata e profunda do fascismo e das formas e condições da ditadura aberta do capital, do que aquela proposta no capítulo correspondente do Projeto de Programa.

MARX, ENGELS, LÊNIN E A FRENTE POPULAR¹

August Thalheimer

A Internacional Comunista (IC) declara-se partidária dos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin.

Porém, Marx, Engels e Lênin não nos transmitiram somente os princípios básicos do comunismo; eles conceberam seus ensinamentos não como um dogma, mas como um instrumento para a ação. As obras e a atividade política de Marx, Engels e Lênin são, simultaneamente, um exemplo da aplicação prática dos princípios básicos do comunismo e um exemplo da tática do Partido Comunista. Essa parte dos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin tem sido totalmente desprezada pela IC em sua política para fora da URSS. Não se pode de nenhuma maneira sustentar que a tática da IC nos países capitalistas possua a chancela do espírito de Marx, Engels e Lênin. Entretanto, a aplicação dos ensinamentos táticos de Marx, Engels e Lênin é bem mais difícil do que fazer propaganda dos princípios gerais e básicos do comunismo, por eles formulados. Marx, Engels e Lênin destacaram as tarefas do proletariado revolucionário em situações históricas determinadas e de forma a se levar em consideração justamente as condições concretas e as particularidades da luta de classes de seu tempo. Não é tarefa fácil a aplicação hoje em dia dos ensinamentos táticos de Marx, Engels e Lênin, isto é, utilizar a posição por eles adotada numa situação histórica determinada para avaliar o comportamento dos comunistas numa situação diferente, num outro país e período. Isto não é fácil, sobretudo nos dias de hoje, onde o processo de decadência e de deterioração do capitalismo eleva as contradições da sociedade burguesa para o mais alto patamar, produzindo constantemente novas crises políticas internas e externas, o que coloca os comunistas sempre diante de novas questões. Hoje é grande a sedução de se defender o ponto de vista de que não valha muito a pena o estudo e a análise da tática de Marx, Engels e Lênin, pois a situação de hoje seria completamente diferente; que seria melhor deixar de lado aquilo que os grandes mestres do comunismo afirmaram no seu tempo sobre os problemas da luta de classes da época e seguir a inspiração do "bom-senso". Este menospreza os ensinamentos da história e chega sempre a um beco sem saída, pois só pode se posicionar corretamente em relação ao futuro aquele que leve em consideração as experiências do passado.

A Internacional Comunista, por exemplo, atribuiu à Oposição Comunista um comportamento especialmente oportunista pelo fato de exigir que se levasse em consideração a análise marxista do bonapartismo francês do "18 Brumário", na posição sobre o fascismo. A Oposição Comunista formulou, graças ao estudo da interpretação marxista sobre o bonapartismo, uma tática comunista correta para a luta contra o fascismo. A direção da Internacional Comunista, porém, seguindo seu "bom-senso", chegou, com base na aparência externa superficial, primeiramente, à teoria do "socialfascismo" e, depois, quando esta teoria, com a sua tática ultraesquerdista, sofreu uma fragorosa derrota, afirma hoje que a classe trabalhadora encontra-se diante da alternativa: democracia burguesa ou fascismo e apresenta a tática da "frente popular".

Se a direção da Internacional Comunista tivesse levado em consideração os ensinamentos que provêm das posições de Marx, Engels e Lênin em relação às lutas de classes de seu tempo, teria sido poupada tanto da teoria ultraesquerdista do "socialfascismo", quanto da atual política ultradireitista da "frente popular". Marx, Engels e Lênin sempre analisaram, ao formular as tarefas do proletariado em luta, numa situação determinada, o posicionamento das distintas classes; eles avaliaram o

¹ Escrito em abril de 1936. Tradução de Sérgio Antão Paiva.

comportamento das classes não proletárias da sociedade levando em conta não as boas ou más intenções de seus representantes políticos, basearam-se não na aparência superficial, mas, sim, na situação dessas classes. Atentavam especialmente para que as fronteiras entre as classes fossem acentuadas, para que as diferenças entre os interesses e o comportamento de cada classe fossem identificadas, não somente no geral, mas também em relação ao fato histórico concreto, e que sempre o ponto de vista próprio, especial, de classe, do proletariado fosse considerado de forma clara. Para a teoria do "socialfascismo" não existia nenhuma diferença entre a democracia burguesa e o fascismo, todos os partidos, exceto o Partido Comunista, eram descritos como fascistas. Todos os conflitos e divergências entre eles eram expressão de uma comédia previamente acordada. A teoria do "socialfascismo" colocou em evidência o ponto de vista de classe do proletariado, porém somente sob a forma do reconhecimento geral em relação às metas finais das lutas de classes do proletariado; a tática ultraesquerdista não se encontrava em condições de levar a cabo uma intervenção independente e eficaz do proletariado nos acontecimentos concretos do dia-a-dia. O Partido Comunista tateava no escuro, pois a teoria do "socialfascismo" lhe fechava os olhos para aquilo que se passava diante de si.

A tática da frente popular baseia-se no mesmo método da teoria do "social-fascismo", sendo que se encontra ainda mais distanciada das exigências de uma tática marxista-leninista. A política de frente popular leva a que, na política diária do Partido Comunista, o ponto de vista de classe especial do proletariado desapareça dentro de um mar de frases democráticas vulgares. O fascismo aparece dentro da política de frente popular não como uma forma de domínio da burguesia como classe, mas como "ditadura dos elementos mais imperialistas, mais chauvinistas do capital financeiro" (resolução do VII Congresso da Internacional), como obra das "duzentas famílias" dos grandes capitalistas mais ricos (como na França), contra quem é possível colocar, numa frente de luta unificada, o "povo", isto é: operários, pequenos burgueses e também a massa dos burgueses que não pertencem aos elementos mais imperialistas e mais chauvinistas do capital, burgueses radicais na França, burgueses liberais, clérigos e capitalistas católicos, assim como oficiais do exército do Reich e monarquistas na Alemanha.

A democracia parlamentar burguesa não é vista sob a luz das contradições de classe do capitalismo em degeneração, que a deterioram e de cujo solo surge o fascismo, mas sim sob o ponto de vista de sua juventude, sob o ponto de vista das tradições de 1789 e 1848. A afirmação de que o proletariado atualmente possua somente a escolha entre a ditadura fascista e a democracia burguesa, leva praticamente ao fato de que o Partido Comunista, onde ainda existe a democracia burguesa, como na França, se limite agora à luta por sua preservação e que, onde o fascismo já venceu, como na Alemanha e na Itália, venha a lutar pela restauração da democracia burguesa. Esta fórmula é especialmente prejudicial, porque sua consequência lógica nada mais significa que o adiamento da luta pela ditadura do proletariado para um futuro indeterminado e longínquo. O capitalismo decadente provocará sempre o perigo do fascismo; uma eliminação do perigo fascista no âmbito do capitalismo, uma consolidação da democracia burguesa só poderia acontecer de forma duradoura se ocorresse um novo apogeu da economia capitalista. Se o proletariado tivesse que esperar até que o perigo fascista desaparecesse para lutar pela ditadura do proletariado, então poderia esperar eternamente. O bom é que a direção da Internacional Comunista, por causa da existência da União Soviética, está sempre tendo que encarar a atualidade da ditadura do proletariado.

II

A seguir, desejamos investigar, com base em alguns exemplos, de que forma Marx, Engels e Lênin se posicionaram com referência aos problemas que foram levantados atualmente pela política de frente popular.

Numa carta de Marx a Kugelmann, de 17 de abril de 1871, lemos: *Como você pode comparar demonstrações pequeno-burguesas, à la 13 de junho de 1849, com as lutas atuais em Paris, para mim é inteiramente incompreensível.*

Esse 13 de junho, julgado tão depreciativamente por Marx, baseava-se, se assim se pode dizer, num tipo de política de frente popular. Constituíam-se numa tentativa de insurreição do assim chamado Partido Socialdemocrata, que, de certa forma, foi o precursor dos atuais socialistas radicais franceses, contra Luís Bonaparte, que era então presidente, e o partido da ordem, uma coligação de grupos monárquicos, que possuía a maioria no parlamento. Sobre o então partido socialdemocrata francês, escreve Marx (no "18 Brumário de Luís Bonaparte"):

(...) Contra a burguesia coligada, foi formada uma coalizão entre operários e pequeno-burgueses, o assim chamado partido socialdemocrático (...) Em fevereiro de 1849, a reconciliação foi festejada com banquetes. Foi lançado um programa conjunto, foram criados comitês eleitorais comuns e foram indicados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena-burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista.(...)¹

Diferentemente da atual socialdemocracia, que vem a ser um partido com política pequeno-burguesa e composição proletária, dominava na socialdemocracia francesa de 1848/49 o elemento pequeno-burguês.

Mais além, é dito no "18 Brumário" sobre as convicções políticas dos então socialdemocratas ou montagnards, como se autodenominavam:

Aos olhos dos democratas, o período da Assembléia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembléia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra: "reação" - noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno. E, certamente, à primeira vista, o partido da ordem revela um emaranhado de diferentes facções monarquistas, que não só intrigam uma contra a outra, cada qual tentando elevar ao trono o seu próprio pretendente e excluir o da facção contrária, como se unem todas no ódio comum e nas investidas comuns contra a "república". Em contraste com essa conspiração monarquista, a Montanha, por seu lado, aparece como representante da "república". O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma "reação", dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu na Prússia, e que, como na Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em aparar esses golpes, defendendo assim os "eternos direitos do homem", como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época.

Lemos ainda em Marx:

¹ As citações estão conforme a tradução "Edições «Avante!»": "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte" (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, 2003.

Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o povo indivisível em diferentes campos hostis, ou o Exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. ("18 Brumário").

A tentativa de levante da Montanha desmoronou-se lastimavelmente. Sobre o comportamento do proletariado revolucionário parisiense da época, afirma Marx no "Lutas de Classes na França"¹:

Depois do voto da Assembléia Nacional de 11 de Junho realizou-se uma reunião entre alguns membros da Montagne e delegados das sociedades secretas de operários. Estes últimos insistiram em atacar nessa mesma noite. A Montagne recusou decididamente este plano. De modo nenhum queria que a chefia lhe escapasse das mãos; de fato, desconfiava tanto dos aliados como dos seus adversários, e com razão. A recordação do Junho de 1848 agitava mais viva do que nunca as fileiras do proletariado parisiense. No entanto, ele estava amarrado à aliança com a Montagne. Esta representava a maioria dos departamentos, exagerava a sua influência no Exército, dispunha do setor democrático da Guarda Nacional e tinha atrás de si a força moral da boutique. Iniciar nesse momento contra a vontade dela o movimento insurrecional significava para o proletariado — além disso dizimado pela cólera e expulso em quantidade significativa de Paris pelo desemprego - repetir inutilmente as jornadas de Junho de 1848, sem a situação que o arrastara à luta desesperada. Os delegados proletários fizeram a única coisa racional. Obrigaram a Montagne a comprometer-se, isto é, a sair dos limites da luta parlamentar no caso da sua acusação ser rejeitada. Durante todo o dia 13 de Junho o proletariado manteve esta mesma cética atitude de observação e aguardou uma refrega a sério e definitiva entre a Guarda Nacional democrática e o Exército para então se lançar na luta e levar a revolução para lá do objetivo pequeno-burguês que lhe tinha sido imposto. No caso de vitória, estava já formada a Comuna proletária que iria aparecer ao lado do governo oficial. Os operários de Paris tinham aprendido na sangrenta escola de Junho de 1848.

Existe hoje em dia uma diferença enorme entre a tática da frente popular e a política de 13 de junho de 1849. A Montanha de 1849 era um partido pequeno-burguês, que, no entanto, tentava empreender um levante armado contra a grande burguesia (o partido da ordem), que demolia os direitos democráticos das massas, e contra Bonaparte, que comandava a ditadura. O Partido Radical-Socialista de agora, com o qual o PCF se uniu na frente popular, vem a ser um partido constituído por pequeno-burgueses, mas com uma direção da grande burguesia, pronunciadamente capitalista, não sendo um partido de oposição como a Montanha, mas um partido de governo, que sustentou e sustenta a ofensiva capitalista e a demolição dos direitos democráticos das massas. Marx faria hoje em dia críticas ainda maiores à política da frente popular que à política de 13 de junho de 1849.

¹ Citação conforme a tradução em: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!" - Edição dirigida por um coletivo composto por: José BARATA-MOURA, Eduardo CHITAS, Francisco MELO e Álvaro PINA. Tradução de: Álvaro PINA e Fernando SILVESTRE. HTML por: Fernando A. S. Araújo, abril 2008 (em www.marxists.org).

Mas, mesmo assim, o que Marx escreveu sobre a Montanha é uma sentença aniquiladora para a política de frente popular que a IC está empreendendo, sobretudo na França.

O que Marx critica na política da Montanha?

Ele a censurava por admitir a existência de uma classe privilegiada ("dos elementos mais imperialistas e chauvinistas" do capital, das 200 famílias), mas não atentar para os interesses e posições das diversas classes, contentando-se em fornecer frases gerais sobre os interesses "comuns" do povo; que, em consequência, não havia visto que atrás da "reação", dos esforços antidemocráticos da grande burguesia, dos planos ditatoriais de Bonaparte existiam determinados interesses materiais dos capitalistas; que por isso não se encontrava em condições de defender os interesses sociais das massas trabalhadoras que a seguiam, dos operários e pequeno-burgueses; que tinha quebrado os aspectos revolucionários das reivindicações sociais do proletariado e com isso se limitou a defender os chamados "direitos humanos eternos".

Em contraposição, Marx louva o comportamento dos operários revolucionários parisienses, dos delegados das sociedades operárias secretas, pelo fato deles terem se recusado a se subordinar à direção da Montanha, de se prepararem, para o caso de haver luta, no sentido de ultrapassar imediatamente os objetivos pequeno-burgueses, de não desejarem conduzir a luta sob a bandeira da democracia-burguesa, mas sob a palavra de ordem do comando do proletariado, de não se envolverem na formação, com a Montanha, de um governo de frente popular, mas sim se prepararem para a criação de uma comuna proletária, o que chamaríamos hoje de *soviete*, que disputaria o poder com o governo da Montanha.

III

A posição de Marx sobre as lutas de classes de então na França é especialmente importante para nós, porque na França, na Revolução de Fevereiro e na Batalha de Junho de 1848, a revolução burguesa foi, grosso modo, concluída e colocada na ordem do dia a revolução proletária. Ao contrário, na Alemanha, até o ano de 1870, isto é, até a unificação da Alemanha e a supressão dos restos mais importantes do feudalismo pela "revolução por cima" junker-capitalista, tratava-se, em primeiro lugar, de uma revolução burguesa. Enquanto a burguesia combatia o feudalismo, ela desempenhava um papel progressista e, por isso, Marx e Engels defendiam, sob certas circunstâncias, andar junto também com a burguesia liberal, na medida em que ainda se tratava de uma revolução burguesa na Alemanha. Mas também essa posição de Marx e Engels é tudo menos um argumento para a política de frente popular da IC. Por um lado, trata-se hoje em dia nos países capitalistas, mesmo se há ameaça de um golpe de estado fascista ou se o fascismo teve sucesso em chegar ao poder, não de uma revolução burguesa e sim de uma revolução proletária. É um sofisma acreditar que, se a burguesia desempenhou um papel progressista contra o absolutismo feudal ou semifeudal, venha também a fazer isso em relação ao absolutismo fascista. A barbaridade medieval do fascismo não constitui nenhuma recomposição de classes feudais, nenhuma negação do capitalismo, mas expressa apenas que a classe capitalista tornou-se cada vez mais pobre e reacionária e que o progresso da sociedade humana de hoje somente pode ocorrer por meio da revolução proletária. Assim, na luta contra o fascismo, está fora de questão tratar como camaradas coligados organizações ou grupos de burgueses. Em segundo lugar, Marx e Engels, também no período da revolução burguesa, quando a burguesia ainda desempenhava um papel progressista, comportaram-se diante dela de uma maneira totalmente distinta da dos líderes atuais da IC em relação aos grupos da burguesia com quem mantiveram ou pretendem manter acordos na frente popular.

Marx e Engels exigiram, antes de 1848, perante os chamados "socialistas reais", a intervenção do proletariado na revolução burguesa e, para esse fim, também um apoio à burguesia liberal contra o absolutismo. Porém, Marx e Engels combateram igualmente todas as ilusões democrático-burguesas da forma mais acirrada. Marx escreveu contra o republicano burguês Heinzen no jornal "Deutschen Brüsseler Zeitung":

Os trabalhadores sabem que o desaparecimento das relações de propriedade burguesas não será trazido pela manutenção das feudais. Eles sabem que, através do movimento revolucionário da burguesia contra as posições feudais e a monarquia absoluta, o seu próprio movimento revolucionário só poderá ser acelerado. Eles sabem que sua própria luta contra a burguesia somente poderá ser iniciada no dia em que a burguesia tiver vencido. Apesar disso tudo, eles não partilham das ilusões burguesas do senhor Heinzen. Eles podem e precisam aceitar que a revolução burguesa é uma condição da revolução dos trabalhadores. Não podem, porém, em nenhum momento contemplá-la como seu objetivo final.

No "Manifesto Comunista" afirma-se que "a revolução burguesa alemã" (...) "pode ser unicamente o prelúdio imediato de uma revolução proletária".

Nos seus "Princípios Básicos do Comunismo", Engels expressa mais em detalhes esse pensamento:

Na Alemanha, finalmente, apresenta-se a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absolutista. Porém, já que os comunistas não podem contar com a luta decisiva entre eles próprios e a burguesia, antes que a burguesia venha a dominar, então há o interesse dos comunistas em levar o mais cedo possível a burguesia ao poder, a fim de também derrubá-la o mais cedo possível. Os comunistas têm, portanto, de continuamente tomar partido pelos burgueses liberais face aos governos e apenas se precaver de partilhar as auto-ilusões burguesas ou de dar crédito às suas afirmações sedutoras sobre as conseqüências benéficas da vitória da burguesia para o proletariado.

Baseado nesse princípio, o "Manifesto Comunista" determina, como tarefa **do Partido Comunista na Alemanha "desenvolver nos operários uma consciência o mais possível clara do antagonismo acerbo entre burguesia e proletariado, para que os operários alemães possam virar imediatamente as condições sociais e políticas, que a burguesia necessariamente traz com o seu domínio como outras tantas armas contra a burguesia, para que depois da queda das classes reacionárias na Alemanha a luta contra a própria burguesia comece imediatamente."**¹

As citações mencionadas mostram, que Marx e Engels, nas vésperas da Revolução de 1848, apresentaram ao proletariado alemão a tarefa de intervir na revolução burguesa, de lutar por sua decisiva realização, a fim de chegar adiante à revolução proletária. Enquanto hoje o Partido Comunista Alemão, em nome da política de frente popular, promete apoiar um governo de frente popular, que deve reconstruir a democracia burguesa na Alemanha após a queda do fascismo, Marx e Engels indicaram, antes da revolução de 1848, como tarefa do proletariado, para o caso de a burguesia vir a tomar o poder após a queda do absolutismo, iniciar a luta contra ela, a fim de levar a revolução até a vitória da classe trabalhadora, para transformar a revolução burguesa no prelúdio imediato da revolução proletária.

Marx e Engels eram, na época da revolução burguesa, pelo apoio à então burguesia progressista, enquanto, e tão somente enquanto, esta realmente se apresentasse

¹ Trecho do "Manifesto Comunista" conforme a tradução de Edições Avante, 2ª edição, Lisboa, 1984.

contra as forças feudais, a fim de com isso fomentar a luta da classe trabalhadora em favor de suas próprias reivindicações de classe, enquanto que a política atual de frente popular ocorre na época da revolução proletária, no interesse de um acordo com a burguesia reacionária da atualidade (que também é reacionária, mesmo quando se acha liberal), deixando para trás as reivindicações próprias do proletariado e a luta por elas.

Durante a revolução de 1848/49, Marx e Engels denunciaram publicamente e combateram a traição da burguesia liberal à revolução burguesa e igualmente as vacilações da democracia pequeno-burguesa.

Na luta contra a burguesia liberal, que se uniu imediatamente após as jornadas de março de 1848 à reação feudal, a fim de evitar desta forma a continuidade da revolução, bem como impedir outras ações revolucionárias das massas trabalhadoras, dos operários, dos pequenos burgueses urbanos e dos camponeses, seguiam Marx e Engels uma política para levar até o fim a revolução burguesa e, através da luta dessas massas contra a burguesia traiçoeira, preparar a mudança (ou, como Lênin chamava, "a transposição") dessa revolução numa proletária. Ainda na emigração, em Paris, Marx e Engels elaboraram um programa de "Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha", no qual, entre outros, eram exigidos o armamento geral do povo, a transformação das propriedades fundiárias dos príncipes e de outras propriedades feudais em propriedades do estado e a estatização de todos os meios de transporte. A luta por essas reivindicações era descrita como objetivo "do proletariado alemão, dos pequeno-burgueses e dos camponeses", isto é, das classes trabalhadoras. Esta orientação para a ação das massas trabalhadoras foi sustentada de forma conseqüente por Marx e Engels no decorrer da revolução. Em 29 de dezembro de 1848 escrevia Marx no jornal "Neue Rheinische Zeitung":

A história da burguesia prussiana de março até dezembro comprova que na Alemanha é impossível uma revolução burguesa pura e a formação de um poder burguês sob a forma de monarquia constitucional, que somente é possível uma contra-revolução feudal-absolutista ou uma revolução social-republicana.

Essa posição de Marx já continha em seu germe a tática apresentada por Lênin na Rússia no ano de 1905 da luta pela instauração de uma ditadura democrática das classes trabalhadoras, dos operários e dos camponeses, que leva a efeito a revolução burguesa de maneira conseqüente contra a traição da burguesia liberal e cria, assim, os pré-requisitos para a caminhada do proletariado para a revolução socialista.

Em consequência das fraquezas organizatórias da Liga dos Comunistas, os seus membros trabalharam de início, durante a revolução de 1848, dentro das organizações da democracia pequeno-burguesa. A ruptura organizatória com ela ocorreu somente em 1849. Mas isso não impediu Marx e Engels de criar, desde o início, uma linha independente em relação aos políticos da pequena-burguesia e de criticá-los de forma acirrada.

Com base nas experiências da revolução de 1848/49, Marx e Engels tomaram posição, numa mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas do ano de 1850, em relação às tarefas dos comunistas na Alemanha. Também aqui são tratadas as tarefas da luta do proletariado na revolução burguesa sob a ótica de uma recusa contundente de todas as ilusões democrático-burguesas e da criação de pré-requisitos para a revolução proletária e para a tomada do poder pela classe trabalhadora. A mensagem registra a traição da burguesia liberal na Revolução de 1848 e declara, então, que "esse papel tão traiçoeiro (...) será assumido na revolução vindoura pelos pequeno-burgueses democráticos". O partido democrata é para os trabalhadores "muito mais perigoso do que o antigo partido liberal". O comportamento do partido revolucionário dos trabalhadores em relação à democracia pequeno-burguesa deveria ser o seguinte: "Ele anda junto com ela contra a fração cuja queda objetiva; vai

contra ela em todos os casos em que deseja se firmar por conta própria". Sobre o programa da democracia pequeno-burguesa (constituição republicana e reformas sociais) é dito:

Essas exigências de forma alguma bastam para o partido do proletariado. Enquanto o pequeno-burguês democrata deseja concluir a revolução o mais rapidamente possível, no máximo com a consecução das reivindicações acima, é nosso interesse e nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possuidoras sejam desalojadas do poder e o poder do estado tenha sido conquistado (...) pelo proletariado.

A mensagem recusa, além disso, a criação exigida pelos pequeno-burgueses democratas de um "grande partido de oposição, que venha a abranger todas as nuances dentro do partido democrata (...) e no qual as reivindicações específicas do proletariado não podem ser levadas, em benefício da paz" e exige a "organização independente, secreta e pública, do partido dos trabalhadores". "Para o caso da luta contra um opositor comum", continuam Marx e Engels, "não há necessidade de nenhuma união especial. Tão logo um opositor desse tipo tenha que ser combatido diretamente, os interesses de ambos os partidos passam a coincidir nesse momento e, como tem sido até agora e também será no futuro, essa união momentânea produz-se por si só". Para o caso da revolução, exigem Marx e Engels:

Eles (os trabalhadores) devem constituir, ao lado dos novos governos oficiais, simultaneamente, seus próprios governos revolucionários dos trabalhadores, seja sob a forma de representações comunitárias, conselhos comunitários, seja através de clubes de trabalhadores ou comitês de trabalhadores, de forma que os governos democratas burgueses não só percam logo o apoio dos trabalhadores, mas se vejam desde o início vigiados e ameaçados pelas autoridades, atrás das quais está toda a massa de trabalhadores (...). Liquidação da influência dos democratas burgueses sobre os trabalhadores; imediata organização independente e armada dos trabalhadores; obtenção das condições possivelmente mais difíceis e compromissórias para a inevitável dominação temporária da democracia burguesa, tais são os pontos principais que o proletariado e, portanto, a Liga, devem ter presentes durante e após a insurreição iminente.

Vemos como estavam distanciados Marx e Engels das concepções em que se baseiam hoje a política de frente popular. No ano de 1850, quando na Alemanha, após a derrota da revolução, dominava a pior reação, exigiam que os comunistas criticassem o programa da democracia pequeno-burguesa e as ilusões democrático-burguesas. Eles eram contrários a que, em nome da constituição de uma oposição a mais ampla possível contra o poder dominante e o seu terror, se colocassem para trás as reivindicações de classe do proletariado. Eles não chegaram à idéia de se comprometer com a república parlamentar-burguesa, reivindicada pela democracia pequeno-burguesa, e sim exigiram, para o caso da revolução, a formação de governos locais de trabalhadores, isto é, de soviets, como poderíamos dizer hoje, para então conduzir a revolução burguesa da forma mais resoluta para o seu final e realizar a transição para a revolução proletária.

Esses poucos exemplos bastam para mostrar que a política de frente popular é uma grande negação dos ensinamentos táticos de Marx e Engels.

Num próximo artigo mostraremos que também Lênin sempre foi um opositor decidido das concepções agora defendidas pela IC sob o signo da frente popular.

DOZE MESES DA FRENTE POPULAR¹

August Thalheimer

Quando começou a experiência de governo da Frente Popular na França, em junho de 1936, nos foi dito que ele seria completamente diferente das coalizões reformistas familiares, levadas a tão desastrosas bancarrotas como, por exemplo, na Alemanha. A diferença seria que a política da Frente Popular iria ser determinada pela classe operária, que ela "lideraria" a burguesia, enquanto nas coalizões reformistas com os partidos burgueses foi a burguesia quem liderou. Nós não pretendemos examinar a lógica sob a qual se baseia essa assertiva. Vamos verificar os fatos.

Em junho de 1936, alguém poderia ainda se esforçar em creditar à Frente Popular os resultados do grande e espontâneo movimento grevista. Hoje, o mais simples operário francês compreende que os resultados foram produzidos unicamente pela ação das massas, enquanto o papel do governo da Frente Popular e de suas organizações foi coisa muito diferente.

Qual é a posição atual?

A reivindicação da semana de 40 horas foi sistematicamente postergada e sabotada e hoje, aproximadamente doze meses depois de ter se tornado lei, não está ainda posta em prática, no geral.

O aumento dos salários foi neutralizado de um golpe pela desvalorização do franco e por um inaudito aumento dos preços. Uma compensação ao trabalhador pela desvalorização do franco, através de uma escala móvel de salários, foi recusada. Uma outra desvalorização do franco está a caminho. O Partido Comunista Francês e o Partido Socialista Francês foram ambos favoráveis à desvalorização do franco, sob pressão do Partido Socialista Radical.

Tomando o caminho da greve, os operários fluíram em massa para os sindicatos. A CGT inchou para cinco milhões de membros. Enquanto isso, no entanto, os patrões demitiam diariamente muitos operários, por causa da sua filiação ao sindicato. Deliberadamente começaram a construir sindicatos amarelos, através de elementos fascistas nas fabricas. E os delegados de fabrica eram diariamente demitidos e substituídos por fascistas. Quando, depois do banho de sangue de Clichy, os operários de muitas empresas quiseram expulsar os fascistas, os patrões replicaram com uma série de demissões. Os sindicatos, indignados, recusaram qualquer responsabilidade por esses atos de autodefesa por parte dos operários. Os patrões seguidamente burlavam as novas leis sociais, passando do trabalho fabril para o trabalho doméstico. Mesmo os sindicatos reformistas da Alemanha não permitiram estas incontáveis violações dos contratos de trabalho, como foi o caso da França sob o governo da Frente Popular.

Como foi possível esse processo? Muito simplesmente. O governo da Frente Popular, os sindicatos, o Partido Comunista e o Partido Socialista trabalharam juntos afavelmente e se puseram de acordo no sentido de impedir, primeiro, a ocupação das fabricas e, depois, de maneira mais especial, as greves - *no interesse da reconstrução econômica*. Em larga medida, eles foram bem sucedidos. A imprensa social-democrata e comunista chega até a jactar-se de que a França atual é o país em que existe menor inquietação social. O fator principal neste caso foi a exigência feita de que os operários deveriam levar em consideração a Exposição Universal, além da insistência de que Hitler poderia explorar a inquietação social na França para um ataque de surpresa. Os operários devem ter apreciado esses argumentos. Em todos os acontecimentos, toda a gigantesca organização sindical e partidária da Frente

¹Publicado na Revista "CONTROVERSY" Nº 9, junho de 1937. Tradução do inglês efetuada por Sérgio Antão Paiva.

Popular cooperou sobre essa base e conseguiu a "paz" exigida pela burguesia. Em compensação, entretanto, enquanto a ação de massa se tornava incapacitada, os patrões puderam levar a cabo sua própria política e privar os operários dos ganhos obtidos na ação de massa de junho.

O próximo passo foi a "pausa" na política social, anunciada pelo governo Blum. Tratava-se, sobretudo, da aposentadoria e de regulamentos sobre assistência ao desemprego. Foram ambos adiados.

Com o objetivo de levar a cabo enormes créditos de guerra, o governo transmitiu poderes para um comitê formado por pessoas de confiança das altas finanças. Os financistas, dessa maneira, tomaram formalmente a supervisão suprema e o controle do governo da Frente Popular.

Os próprios créditos de guerra garantiam ao debenturista tanto lucro quanto nenhum governo burguês anteriormente garantiu. Os partidos operários, mesmo o PC, concordaram com esses créditos de guerra.

A política externa do governo Blum é caracterizada pela "não intervenção", isto é, pelo bloqueio à Espanha Republicana. A expressão não é nossa - é comum na imprensa comunista francesa e expressa os fatos. No começo da guerra civil na Espanha, os operários exigiam exaltados "aviões e armas para a Espanha". Atualmente, não se ouve mais a exigência. Os partidos da Frente Popular reduziram-na ao silêncio. A política espanhola do governo Blum é obviamente a política da burguesia francesa, que defende na Espanha centenas de milhões de pesos contra o "perigo vermelho". Os socialistas radicais levaram a cabo essa política no governo sob a ameaça de se retirarem.

Veio então o banho de sangue de Clichy. A policia atirou durante horas contra trabalhadores que faziam uma demonstração contra um comício fascista. Os socialistas radicais cuidaram para que os oficiais responsáveis não fossem punidos. O primeiro-ministro Blum pôde anunciar no Parlamento para a burguesia regozijante que aquela era a primeira vez na história moderna da França que um governo cujos agentes atiraram contra operários não foi por eles responsabilizado. Clichy mostrou que a policia e a guarda móvel estavam permeadas de fascistas. Nada foi feito para colocar um fim nisso.

Blum declarou na mesma cadeira do Parlamento que a demonstração contra os fascistas foi um erro. As organizações operárias foram instadas pelo governo e pelo Partido Socialista a abandonarem as demonstrações e comícios tanto quanto possível. Isto é a destruição da democracia para os trabalhadores através da renúncia voluntária.

É geralmente admitido que as organizações fascistas não apenas ainda existem, como também estão atualmente mais fortemente construídas e equipadas com armas do que há um ano atrás. A subjugação aberta do governo ao controle das altas finanças, a alta do custo de vida, a posição declinante da pequena-burguesia - sempre criaram pré-condições favoráveis para o fascismo colocar seu pé na pequena-burguesia e em parte da classe operaria.

Os fatos seguintes são significativos com respeito aos resultados gerais da política externa do governo Blum:

1. A recusa de construir e defender a aliança efetiva com a União Soviética. Como resultado,
2. a dissolução da Pequena Entente; e,
3. a retirada belga do Pacto de Locarno.

A balança aqui se inclina também para o lado errado.

Se "liderança" política significa a determinação da política corrente, então os fatos mostram que em dez meses do governo Blum, não foi a classe operaria que liderou a burguesia na França, mas vice-versa.

Esperava-se que a Frente Popular acabasse com o fascismo. O fascismo não acabou - está fortalecido. Esperava-se que a Frente Popular assegurasse a paz. Mas, à guerra da Abissínia sucedeu-se a guerra civil e a intervenção na Espanha. A primeira foi sustentada pelo governo Laval; na segunda, o governo Blum, indiretamente, mas de fato, sustentou a Espanha contra-revolucionária e a intervenção ítalo-alemã.

Pode-se talvez perguntar: como podemos rejeitar uma política seguida por milhões de trabalhadores ontem e ainda hoje? A política da Social-democracia alemã durou quatorze anos e foi seguida igualmente por milhões de homens. Isso não a impediu de liderá-los para o abismo. Pelo fato de milhões acreditarem, não temos que deixar de combatê-los, propondo, ao mesmo tempo, um outro caminho.

Que caminho propomos? Para colocar brevemente:

1. A Frente Única Proletária - mas sem pactos de não agressão - a luta pelas reivindicações do dia-a-dia dos operários, combinada com a propaganda revolucionária.
2. A aproximação direta com a pequena-burguesia, sustentada pela Frente Única Proletária - mas sem a mediação dos partidos burgueses e inclusive contra eles.
3. O desenvolvimento da ação de massa extraparlamentar, combinada com a criação de órgãos de massa para os trabalhadores. Através da criação desses órgãos de massa é possível no momento adequado ir além da estrutura da democracia parlamentar burguesa.
4. A organização da autodefesa operária contra o fascismo.

Isto é naturalmente um esboço, mas suficiente para mostrar claramente que nós não criticamos apenas a Frente Popular, mas também propomos, em oposição, uma outra política revolucionária - uma política de acordo com os fundamentos do comunismo. Tais fundamentos não são nada mais que a experiência generalizada. Os dez meses da política da Frente Popular confirmaram a experiência do princípio de que numa união com a burguesia liberal, a classe operária é sempre quem sai perdendo.

ADVERTÊNCIA AOS REVOLUCIONÁRIOS¹

August Thalheimer

Caro camarada Smith,

Um articulista condena na "Controversy" os critérios da Frente Popular porque estes não procuram *analisar as forças das classes existentes hoje no mundo de um ponto de vista marxista*.

Em continuação, ele cita o Manifesto Comunista: quando a luta de classe assume um *caráter violento e insuportável, uma pequena parte da classe dominante rompe com ela e se junta à classe revolucionária, a classe que tem o futuro em suas mãos*. E nisso consiste a "Frente Popular"!

Até agora todo marxista entendia que esse trecho do Manifesto se referia à vanguarda intelectual da burguesia alemã no seu período revolucionário, isto é, a Marx, Engels e outros jovens hegelianos que se uniram ao campo do proletariado revolucionário e tornaram-se fundadores do socialismo científico.

Pode-se afirmar que os senhores Azana e Giral, na Espanha ou Daladier, Chantemps e Herriot, na França, são seguidores de Marx, Engels e Hess, e que pela mágica da Frente Popular estão se transformando na vanguarda do operariado revolucionário? O lema dos socialistas radicais franceses é bem conhecido: *Nem revolução, nem reação*.

O Manifesto Comunista foi publicado – como o articulista pode verificar pela Introdução – às vésperas da revolução burguesa de 1848. Se não me engano, a revolução burguesa ocorreu na Inglaterra em meados do Século XVII, isto é, cerca de duzentos anos antes. Portanto:

1. O trecho citado não se refere a uma Frente Popular que submete politicamente a classe operária à direção da burguesia liberal, mas exatamente ao seu contrário – a passagem dos melhores e mais revolucionários cérebros do campo da burguesia para o comunismo.
2. O trecho refere-se a uma etapa da luta de classes, isso é, a revolução burguesa, há tempos completada na Inglaterra, França e Alemanha.

Entretanto, um evento poderia ser desvirtuado numa espécie de falso paralelo com a Frente Popular. Em 1848 Marx e Engels formaram a ala de extrema esquerda da democracia burguesa, rompendo, porém, completamente no correr do ano. Uma olhadela nas colunas do Rheinische Zeitung permite perceber quão pouco essa política tinha em comum com uma "Frente Popular". Marx e Engels, desde o nascedouro da revolução, não tinham condescendência com os seus aliados da classe média ou mais baixa, que eles impulsionavam adiante através das críticas mais agudas e cheias de desprezo. Nunca se uniram a um governo burguês, nem apoiaram um único, a menos que uma chicotada seja "apoio". Comparar o papel desempenhado pelo atual Partido Comunista em relação aos liberais na França e Espanha com a política de Marx e Engels é falsificar a história e transformá-la numa ficção infantil.

O segundo argumento invocado por esse articulista envolve Lênin. A contradição entre o capital monopolista e os "*pequenos capitalistas*" ameaçados pelos monopolistas é considerada a condição para a Frente Popular, já que a política do capital monopolista é "*monopólio político ou fascismo*", enquanto que a única esperança e a salvação dos pequenos capitalistas está num Estado democrático. Vejamos as conseqüências que se podem extrair dessa teoria.

¹ Revista "Controversy", nº 12, setembro /1937. Tradução do inglês efetuada por Sérgio Antão Paiva.

Segundo Lênin, no começo dos anos 1800 o capitalismo monopolista estava suficientemente desenvolvido para desembocar na época imperialista e imprimir o caráter de imperialismo sobre o período.

Primeira conclusão:

O fascismo deve ser a tendência mais forte do capitalismo monopolista do início da época imperialista em diante.

Segunda conclusão:

O fascismo deve ter sido, e deve ser ainda a tendência mais forte da burguesia em qualquer país que tenha atingido o estágio de capitalismo monopolista.

Mas é fato bem conhecido que o fascismo é bem mais jovem: chegou ao poder em primeiro lugar na Itália em 1922; e que há país onde o capital monopolista ainda mantém o Estado democrático burguês, por exemplo, países importantes tais como a Grã-Bretanha, a França e os EUA.

Assim sendo é visível que algumas outras condições históricas, que levam o capitalismo monopolista a desenvolver a tendência fascista e a lutar para implantá-la, têm que se fazer presentes.

A Internacional Comunista, desde a primeira manifestação do fascismo até hoje, tem falhado completamente na análise teórica do fascismo – tanto no período ultra-esquerdista, quando produziu o “social-fascismo” e tomou-o como fio condutor de sua política, como hoje, no período ultradireitista, no qual o fascismo se tornou uma característica peculiar, de fato o “monopólio” de somente “200 famílias”!

Terceira conclusão:

Uma aliança com a burguesia liberal é possível somente sobre bases capitalistas e, portanto, deve sacrificar os interesses da classe operária e, do mesmo modo, da pequena-burguesia aos interesses do capital; conseqüentemente desemboca na contra-revolução, enquanto que a aliança da classe operária com a pequena-burguesia é possível sobre bases anticapitalistas, isto é, bases socialistas revolucionárias. Uma aliança com a burguesia liberal elimina, pois, uma aliança revolucionária com a pequena-burguesia; do ponto de vista da luta de classes é o seu pólo oposto.

Desse modo, é inevitável que uma aliança entre a classe operária e os partidos da burguesia liberal forcem a pequena burguesia (suas vítimas) para o campo do fascismo se, e quando, existem condições para o fascismo. Devemos citar exemplos? Não julgamos necessário.

Acredito ser meu dever advertir aos revolucionários na Inglaterra que querem servir a classe operária no terreno da teoria, a não se satisfazerem com a matéria piedosa servida até hoje pelos partidos comunistas oficiais, e usada por honestos ignorantes ou menos honestos escravos teóricos e charlatões, como um guia para a ação.

O que devemos pensar da capacidade, honestidade intelectual ou coragem intelectual de “teóricos” que por muitos anos sustentaram a teoria do “social-fascismo” com o mesmo ardor com que agora sustentam um fascismo limitado a somente “200 famílias”!

Os revolucionários que desejam servir a classe operária inglesa devem aprender a aplicar com independência os ensinamentos de Marx, Engels e Lênin à luta de classe no seu próprio país.

È uma tarefa difícil e de responsabilidade, mas não há como deixar de cumpri-la.

Com saudações comunistas,
A. Thalheimer

APÊNDICE

Caracterização do material de autoria de A. Thalheimer existente no acervo da Polop¹

- Análises sobre o fascismo:

- Artigos de jornais e livros contendo análises acerca do fascismo. As datas dos textos variam dos primeiros anos vinte até o final da guerra.

- O problema da "Frente Única" e da "Frente Popular":

- Embora relacionados à problemática geral do fascismo, tem a especificidade de apresentar análise das lutas operárias européias, notadamente no cenário dos fascismos. A relação entre as frações operárias comunistas e as frações social-democratas.

- A transição do capitalismo para o socialismo:

- Trata-se de textos elaborados quando da participação do autor na "Comissão de Programa" da 3ª Internacional. Os textos datam da década de vinte: em 1924, na 18ª Seção do 5º Congresso da Internacional²; em 1928, quando, segundo palavras do próprio autor, - "*entreguei à Comissão Programática da IC, da qual na época eu ainda era membro, um extenso documento relativo às questões programáticas*" etc. Há textos sobre o problema da transição também datados da década de 30, após rompimento do autor com a IC.

- As relações internacionais no imediato pós-guerra:

- Inúmeras análises compõem uma visão panorâmica do pós-guerra, uma interpretação das mudanças estruturais do capitalismo e da nova ordem mundial emergente no pós-guerra.

¹ Escrito por Victor Meyer, como esboço de um roteiro para a classificação do arquivo de A. Thalheimer. Sem data.

² Cf. "Cuadernos Pasado y Presente" nº 55.

CONTRA-CAPA

O Centro de Estudos Victor Meyer (CVM) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se propõe a aglutinar militantes e estudiosos das lutas sociais em torno da tarefa de resgatar a memória da esquerda revolucionária no País, em especial a história da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop).

Como parte integrante desse projeto, o CVM, através da Coleção "Marxismo Militante", pretende levar aos militantes da atualidade as experiências e as reflexões teóricas daqueles que, ao longo dos tempos, construíram a luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

Como primeiro fascículo da Coleção, trazemos à luz artigos sobre o fascismo e sobre a frente popular, de autoria de August Thalheimer, revolucionário e teórico marxista alemão, cuja obra é praticamente desconhecida no Brasil.

Esperamos que os trabalhos divulgados contribuam para recolocar o método marxista de análise no centro das preocupações da esquerda brasileira, hoje sobremaneira envolvida no pragmatismo da ação institucional.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER